

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 071/2021
Data: 13/05/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
POLÍCIA FEDERAL INVESTIGA DESVIO DE RECURSOS NA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO	4
EXPORTAÇÕES DE CAFÉ NO PORTO DE SANTOS AUMENTAM 3,45%.....	5
REVITALIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE SANTOS É APROVADA POR PERMISSIONÁRIOS	5
PORTAL PORTO GENTE	6
TCU E MARIMEX: DOIS PESOS E UMA MEDIDA	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
HIDROVIAS DO BRASIL ADQUIRE EXPEDIÇÃO SUL-AMERICANA DO GRUPO IMPERIAL	7
CHINA ESTÁ TENTANDO CONSTRUIR UMA BASE NAVAL ATLÂNTICA.....	8
COMISSÃO DA OMS FAZ RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR PRÓXIMA PANDEMIA.....	9
ISTOÉ - DINHEIRO	10
VALE INICIARÁ OPERAÇÃO DE NAVIO COM VELAS ROTATIVAS PARA REDUZIR EMISSÕES	10
CARTEIRA DE CONCESSÕES TEM 120 PROJETOS, COM R\$ 243 BI EM INVESTIMENTO, DIZ BNDES	10
OBJETIVO É ‘VIABILIZAR PRIVATIZAÇÃO’ DA ELETROBRAS, DIZ DIRETOR DO BNDES.....	11
MONEYTIMES	11
SUZANO VAI INVESTIR QUASE R\$ 15 BILHÕES EM NOVA FÁBRICA DE CELULOSE NO MS, A “MAIOR DO SEGMENTO NO MUNDO”11	
PETROBRAS DIVULGA RESULTADO DO 1º TRIMESTRE NESTA QUINTA-FEIRA: O QUE ESPERAR DOS NÚMEROS DA ESTATAL?	13
MINÉRIO DE FERRO FECHA EM QUEDA DE 7,5% NA CHINA APÓS RALI; AÇÃO DA VALE CHEGA A CAIR 3%, MAS AMENIZA	15
EXAME.FUTURE OF MOPNEY	16
RECEITA FEDERAL ADOTA REDE BLOCKCHAIN DO MERCOSUL PARA O COMÉRCIO EXTERIOR	16
ESTADO DE MINAS - MG	17
LEILÃO PARA PRIVATIZAR BALSAS DE SP PREVÊ R\$ 240 MILHÕES DE INVESTIMENTOS.....	17
CNN BRASIL	18
EUA QUEREM QUE MULTINACIONAIS PAGUEM MAIS IMPOSTO –E BRASIL PODE GANHAR COM ISSO.....	18
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	20
GOVERNO MANTÉM PERCENTUAL DE BIODIESEL REDUZIDO PARA O PRÓXIMO LEILÃO	20
TCU NEGA SUSPENSÃO DA VENDA DA REFINARIA DA PETROBRAS NA BAHIA	22
JORNAL O GLOBO – RJ	24
BRASIL ENTRA EM PROJETO DE MEGACABO DE REDE DE 15 MIL KM PARA FORTALECER INTERNET NO PAÍS	24
DONA DE OLEODUTO NOS EUA PAGOU US\$ 5 MILHÕES A HACKERS PARA REATIVAR OPERAÇÕES.....	26
EM ‘TESE DO SÉCULO’, SUPREMO DECIDE QUE EXCLUSÃO DO ICMS DO PIS/COFINS VALE A PARTIR DE 2017.....	27
PRESIDENTE DA ELETROBRAS DIZ QUE MUDANÇAS EM TEXTO PODEM ATRASAR PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL	29
AMAZON ANUNCIA NOVO CENTRO LOGÍSTICO EM SÃO PAULO, O NONO NO BRASIL	31
GOVERNO TENTA MUDAR RELATÓRIO DE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS NA CÂMARA PARA AVANÇAR COM A VENDA	32
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	34
CÂMARA APROVA PROJETO QUE FLEXIBILIZA REGRAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	34
BOLSONARO SANCIONA LEI QUE GARANTE TRABALHO REMOTO PARA GRÁVIDAS DURANTE PANDEMIA	36
EXECUTIVOS DE LABORATÓRIOS VEEM RISCO DE DESINVESTIMENTO COM QUEBRA DE PATENTES	37
‘DECISÃO DO STF PÔE O BRASIL NA TRILHA DA NORMALIDADE LEGAL’, DIZ PRESIDENTE DA PRÓGENÉRICOS.....	38
GOVERNO PRECISA AMPLIAR OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA O BRASIL CRESCER MAIS	39
IMPORTADOR USA TERMINAL ALFANDEGADO PARA OTIMIZAR CAIXA NA PANDEMIA	40
VALOR ECONÔMICO (SP)	41
CAPITALIZAÇÃO DA ELETROBRAS PODE IR AO MERCADO ATÉ O FIM DO ANO, AVALIA BNDES	41
CÂMARA CONCLUI APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	42
BNDES: DESEMPENHO DO 1º TRI É CONTINUIDADE DOS RESULTADOS DE 2020, DIZ MONTEZANO	43
LUCRO DA BR DISTRIBUIDORA SOBE 110% NO 1º TRIMESTRE.....	46
AGRO BRASILEIRO MOSTRA FORÇA UM ANO APÓS INÍCIO DA PANDEMIA, DIZ KPMG	46
O POVO ONLINE - CE	47
PORTO DO PECÉM EMBARCA MAIOR PÁ EÓLICA DA HISTÓRIA.....	47



PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	48
LOCALFRIO ENCERRA TRIMESTRE COM ALTA DEMANDA NOS TERMINAIS ALFANDEGADOS DO GUARUJÁ (SP) E SUAPE (PE) ..	48
FROTA DE NAVIOS A SERVIÇO DA VALE RECEBE PRIMEIRO MINERALEIRO DO MUNDO EQUIPADO COM VELAS ROTATIVAS	49
METADE DOS PROJETOS PRIORIZADOS NO FMM ACABA NÃO SENDO EXECUTADA	50
ANP APROVA INCLUSÃO DE 377 BLOCOS NA OFERTA PERMANENTE	51
CONSELHO ACOMPANHA PROPOSTAS PARA AMPLIAR USO DE RECURSOS DO FMM	51
ATÉ SETEMBRO PORTOS PARANAENSES CONCLUIRÃO PROJETO DE GOVERNANÇA	53
PORTOS DA CODESA MOVIMENTAM MAIS 40,09% EM ABRIL, EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO EM 2020	54
CONAPRA AGUARDA INCLUSÃO DE PRÁTICOS NA VACINAÇÃO PRIORITÁRIA CONTRA COVID-19.....	55
TRANSPORTADORAS USUÁRIAS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO TÊM POUCOS DIAS PARA SE CADASTRAR NO SISTEMA INFORMATIZADO DE ACESSO	55
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	56
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	56



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

POLÍCIA FEDERAL INVESTIGA DESVIO DE RECURSOS NA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

Suposta organização criminosa atuava na Codesa entre 2015 e 2018



[https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img3334860812471.webp](https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto%20&%20Mar/img3334860812471.webp)

*As ordens foram expedidas pelo ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal
Foto: Divulgação/Codesa*

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Corsários, para investigar suposta organização criminosa que atuava na Companhia Docas do Espírito Santo, entre 2015 e 2018, direcionando licitações e desviando recursos públicos de contratos fechados com prestadoras de serviços, um deles para locação de veículos. A senadora Rose de Freitas é um dos alvos dos mandados de busca cumpridos no âmbito da ofensiva.

Ao todo, a PF vasculhou dez endereços de residências e empresas nos municípios de Vitória, Cariacica e Serra, no Espírito Santo, e em Brasília, no Distrito Federal. Além disso, os agentes cumprem dois mandados de prisão temporária. Um terceiro investigado foi preso em flagrante pelo crime de porte ilegal de armas, indicou a PF.

As ordens foram expedidas pelo ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, em razão dos indícios de envolvimento de Rose de Freitas, que tem foro por prerrogativa de função. O magistrado determinou ainda o sequestro de bens e valores dos investigados, diz a Polícia Federal.

Sobre o nome da operação, a PF explicou que corsário “era alguém que, por missão ou carta de corso de um governo, era autorizado a pilhar navios de outra nação”. “De forma semelhante, as investigações mostraram que pessoas eram nomeadas por parlamentar com autoridade e influência, com a finalidade de desviar recursos públicos da área portuária, pilhando verbas do próprio governo ao qual pertenciam”, registrou a corporação em nota.

Segundo a PF, a ofensiva mira supostos crimes de concussão, corrupção passiva e ativa, organização criminosa, fraude a licitações e lavagem de capitais.

As investigações da Corsários tiveram início após denúncia sobre exigência de propinas por servidores da Codesa em contrato de locação de veículos. A Polícia Federal indica que também há indícios de fraudes em contratos firmados com outras empresas entre 2015 e 2018.

As apurações contaram com a colaboração da atual gestão da Codesa. Auditoria realizada pela empresa estima que, somente em dois dos contratos sob suspeita, a organização criminosa pode ter desviado R\$ 9 milhões.

A senadora Rose de Freitas informou que desconhece, “até o momento, as razões do mandado”. E reafirmou “não ter cometido qualquer ato ilícito ao longo dos oito mandatos exercidos na vida pública”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 13/05/2021



EXPORTAÇÕES DE CAFÉ NO PORTO DE SANTOS AUMENTAM 3,45%

Mais de 11,5 milhões de sacas do grão foram embarcadas em terminais da região

Por: Fernanda Balbino - 13/05/21 - 12:08

O Porto de Santos exportou mais de 11,5 milhões de sacas de café nos quatro primeiros meses de ano. Com isso, o complexo marítimo é o responsável por 78,2% dos embarques nacionais do produto. O volume movimentado pelo cais santista no quadrimestre representa um aumento de 3,45% em relação ao operado entre janeiro e abril do ano passado.

Clique e Assine A Tribuna por apenas R\$ 1,90 e ganhe acesso completo ao Portal e dezenas de descontos em lojas, restaurantes e serviços!

Já as exportações brasileiras de café somaram 14,8 milhões de sacas, avançando 8,6% sobre os quatro primeiros meses de 2020. No total, US\$ 1,95 bilhão foram gerados com os embarques, o que implica incremento de 6,1% em relação ao levantado em idêntico período anterior.

Os dados fazem parte do levantamento mensal do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). Eles também apontam que, apenas no mês passado, as exportações brasileiras da commodity somaram 3,3 milhões de sacas.

Além do Porto de Santos, outros 18 complexos portuários escoam café desde o início do ano. Na sequência do cais santista, vêm os portos do Rio de Janeiro (RJ), com a remessa de 2,3 milhões de sacas, o que representa 15,4% do total, e de Vitória (ES), com 423,6 mil sacas, o equivalente a 2,9% das remessas internacionais. Paranaguá (PR) aparece logo depois, com embarques de 204.591 sacas, 1,4% das vendas.

O transporte do café rumo ao exterior em contêineres vem crescendo. No quadrimestre, 40.378 TEU (unidade equivalente a uma caixa metálica de 20 pés) foram utilizados. No mesmo período de 2020, o volume foi de 38.035 TEU.

Destinos

Neste ano, o principal destino do café brasileiro são os Estados Unidos, que respondem por 19,3% do exportado no período. De janeiro a abril, os norte-americanos importaram 2,9 milhões de sacas, apresentando crescimento de 4,2%, ante primeiro quadrimestre de 2020.

Na sequência, vêm Alemanha, com a aquisição de 2,7 milhões de sacas (+8,6%); Itália, com 1,1 milhão (-11%); Bélgica, com aproximadamente 1,1 milhão (+39,2%); e Japão, com 792,5 mil sacas (+20%). Destaca-se, também, o crescimento de 40,5% das exportações brasileiras de café para as nações árabes, que adquiriram 678 mil sacas no primeiro quadrimestre.

Safra

Segundo o Cecafé, o bom desempenho das exportações brasileiras se justifica pela safra recorde colhida no ano passado e pelo trabalho de promoção da imagem sustentável dos cafés do País.

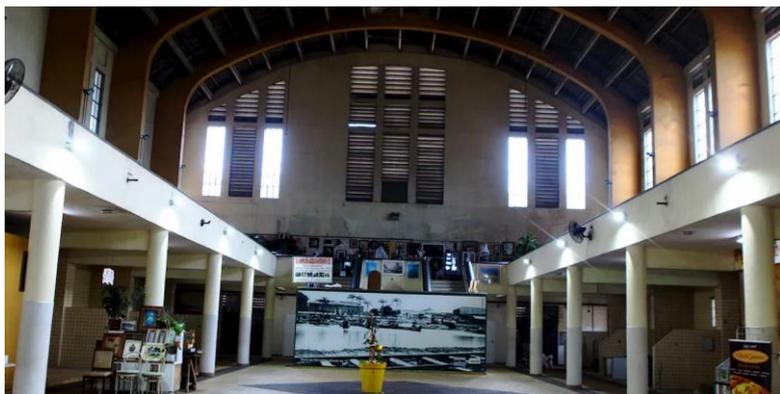
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/05/2021

REVITALIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE SANTOS É APROVADA POR PERMISSIONÁRIOS

Ideia é manter os atuais pontos de venda de produtos e, ao mesmo tempo, atrair jovens e outros públicos

Por: ATribuna.com.br - 13/05/21 - 12:13



<https://www.tribuna.com.br/storage/Cidades/Santos/img2898724713818.webp>
Ideia é manter os atuais pontos de venda de produtos e, ao mesmo tempo, atrair jovens e outros públicos Foto: Carlos Nogueira/AT

O prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), se reuniu na manhã desta quarta-feira (12) com os responsáveis pelos boxes do Mercado Municipal, os permissionários, para construir, coletivamente, o projeto de revitalização do edifício e do entorno.

A ideia de recuperação do Mercado Municipal é manter os atuais pontos de venda de produtos e, ao mesmo tempo, atrair jovens e outros públicos, com implantação de espaços para pequenas apresentações artísticas e culturais e ofertas de novos serviços.

A secretária de Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo, Selley Storino, explicou que a revitalização do mercado tem como um dos objetivos "fazer com que o visitante passe o dia no local. O mercado será transformado em um equipamento turístico".

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 13/05/2021



PORTAL PORTO GENTE

TCU E MARIMEX: DOIS PESOS E UMA MEDIDA

Editorial Portogente

Noventa por cento do comércio mundial é transportado por navio

A decisão polêmica do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito da prorrogação até 2025 do contrato da Marimex, no Porto de Santos, traz à baila outra vitória misteriosa da mesma empresa, com relação a um leilão que venceu e desistiu, sem pagar a outorga no prazo e nem nunca. Assunto da alçada do TCU, o pagamento devido de R\$ 12,5 milhões foi desobrigado de forma não republicana, pela Portaria do ministro de plantão nº 130/2017.

Trata-se de duas realidades distintas, cujo controle faz parte das responsabilidades do TCU e cujas decisões, envolvem e favorecem a mesma concessionária no Porto de Santos. A prorrogação do contrato em base estreita de considerações, cuja decisão deveria priorizar a estratégia para a construção logística do Porto do Futuro, parece ter sido tomada sem o rigor necessário. Como transparece o resultado sem unanimidade 5x3 votos.

O outro desconforto causado pelo papel do TCU, no Porto de Santos, é a infundada justificativa do interesse público da Portaria nº 130/2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA). Portogente enviou demanda para o TCU para saber o que a Dr^a Ana Arraes pode esclarecer sobre o posicionamento neste caso, pelo Tribunal do qual é a presidente. Em ambos os casos está em jogo a produtividade do principal porto do Hemisfério Sul.

De todo o caso, os agentes intervenientes no processo portuário, preservando o direito, precisam dar a melhor solução para que o porto seja valorizado como fator de produção. Trata-se, principalmente, de estabelecer posição atrativa aos investimentos nessa atividade, que concorre com produtores e portos estrangeiros. Portanto, ações do TCU, na prorrogação do contrato e o pagamento devido, envolvendo a Marimex, precisam ser revistos.

Decerto, o debate é o ponto de partida para clarear essas questões tão importantes para o desenvolvimento do Brasil. A conjuntura mundial exige que tenhamos uma pauta de crescimento bem definida imediatamente. Isto impõe governança robusta.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 13/05/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

HIDROVIAS DO BRASIL ADQUIRE EXPEDIÇÃO SUL-AMERICANA DO GRUPO IMPERIAL

Informação: Leaders League (13 de maio de 2021)



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/6099ec37d3c80.jpg>

Foto: Leaders League / Reprodução

As empresas adquiridas, Imperial South America e Imperial Shipping Paraguay, operam uma frota de mais de 90 navios e movimentam anualmente cerca de 1,6 milhão de toneladas de granéis sólidos. Os principais clientes das duas empresas são grupos industriais dos setores de siderurgia e agronegócio.

O negócio de transporte marítimo sul-americano da empresa emprega cerca de 150 pessoas.

Imperial diz que avaliou a adequação estratégica de seu negócio de logística internacional e decidiu sair deste negócio agora não essencial em uma abordagem em fases.

A venda de seu negócio de transporte marítimo sul-americano segue a alienação de seu negócio de transporte marítimo europeu em julho de 2020, enquanto a gestão de frete restante da Imperial e operações de logística de contrato dentro de seu negócio de logística internacional permanecem para venda.

A Imperial entrou no mercado sul-americano de logística hidroviária em 2014.

Imperial diz que os recursos da transação serão usados para otimizar sua posição financeira, reduzir seu endividamento, enquanto alguns recursos também serão aplicados em novas áreas de crescimento em linha com a estratégia do grupo.

A Hidrovias do Brasil é uma provedora de logística integrada independente com foco em serviços de logística hidroviária na América Latina, e a aquisição visa fortalecer sua posição na hidrovia Paraná-Paraguai, parte de um corredor logístico na região Sul do Brasil, onde atualmente opera grãos, celulose e transporte de minério de ferro.

A transação também será importante para aumentar a diversificação de produtos, disse a Hidrovias do Brasil.

A Hidrovias do Brasil foi assessorada na aquisição pelo escritório paraguaio do escritório de advocacia Ferrere, com uma equipe formada pelos sócios Verónica Franco, Eduardo Ammatuna, Marysol Estigarribía, e pelos sócios Yamina Centurión, Fernanda Benítez, Valentina Conti e Ignacio Mera.

A Hidrovias foi assessorada em questões transacionais pelo escritório de advocacia Skadden, com equipe formada pelo sócio Holger Hofmeister (Frankfurt), sócio Carlo von Hanstein (São Paulo), sócio Mathias von Bernuth (São Paulo), sócio Jan Bauer (Frankfurt), conselheiro Jens Koenig (Frankfurt / Munique) e o conselheiro europeu Michael Albrecht, também baseado em Frankfurt e Munique.

A equipe interna da Hidrovias era liderada por Alicia Gambetta, com a participação da advogada Anahí Martinez no Paraguai.

A Imperial South America e a Imperial Shipping Paraguay foram assessoradas pela Taylor Wessing Partnerschaftsgesellschaft, em Dusseldorf, Alemanha, com uma equipe formada pelo sócio Klaus Grossmann, a sócia salarial Sonja Leutnant e o sócio Fabian Friebel.

As duas empresas foram assessoradas no Paraguai pela PSTBN, com equipe liderada pelos sócios Francisco Peroni e Estefania Elicetche.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/05/2021

CHINA ESTÁ TENTANDO CONSTRUIR UMA BASE NAVAL ATLÂNTICA

Informação: Poder Naval (13 de maio de 2021)

A Marinha do Exército de Libertação Popular (PLA Navy) poderá em breve estar operando no Oceano Atlântico, de acordo com o general do Exército dos EUA encarregado do Comando da África.

A China teria abordado vários países africanos pelo direito de abrir uma base naval. O resultado pode ser navios de superfície e submarinos chineses a milhares de quilômetros de suas áreas de operação tradicionais, o que pode ser problemático para as forças dos EUA em tempo de guerra.

O general Stephen Townsend, o principal general dos EUA para a África, disse à Associated Press em 6 de maio que a China está “procurando um lugar onde possam rearmar e consertar navios de guerra”. Ele continuou:

“Isso se torna militarmente útil em conflitos. Eles estão longe de estabelecer isso em Djibouti. Agora eles estão olhando para a costa do Atlântico e querendo uma base dessas lá.”

A China teria abordado países na costa oeste da África, do sul da Namíbia às Maurícias, mas ainda não chegou a um acordo com nenhum país. Até agora, a China tem apenas uma base no exterior: Djibouti, no Chifre da África.

A China está lentamente, mas seguramente expandindo o alcance de suas forças navais. No final dos anos 2000, a China se ofereceu para se juntar à flotilha internacional antipirataria ao largo da costa da Somália, um processo que forçou sua marinha a aprender a navegar da China continental através do sudeste da Ásia e do Oceano Índico, e então conduzir patrulhas antipirataria. Este foi um grande salto em capacidade para uma marinha que raramente fazia surtidas fora do Pacífico ocidental.

As patrulhas levaram a China a garantir os direitos de uma base naval local, em Djibouti, que agora é o lar de várias centenas de fuzileiros navais chineses – e gerou relatos de tropas chinesas assediando aeronaves militares dos EUA com feixes de laser.

Townsend afirma que a China tentou assinar um acordo para estabelecer uma base naval na Tanzânia, mais ao sul, e agora ao redor do Cabo da Boa Esperança, no Atlântico. Se mais bases chinesas se materializarem na África, o resultado poderá ser uma série de instalações próximas à região do Meio-Atlântico, dominada pelos Estados Unidos.

Tudo isso faz sentido do ponto de vista de uma grande potência naval cuja economia depende do comércio internacional. A maioria das importações e exportações da China viaja por mar, e a China tem interesse em manter a liberdade dos mares.

Ao mesmo tempo, essas bases também seriam úteis em um conflito potencial com os EUA. Se uma guerra estourasse amanhã, as forças dos EUA poderiam ter uma certeza razoável de engarrafar a vasta maioria da Marinha Chinesa no oeste do Oceano Pacífico, onde poderia ser isolada, afundada ou forçada a retornar ao porto.

Mas se as forças aéreas, navais e marinhas chinesas estivessem baseadas no Atlântico, elas poderiam forçar o Pentágono a expandir o escopo de uma guerra com a China muito além do Pacífico. Os EUA poderiam ter que enfrentar uma guerra em duas frentes, rastreando porta-aviões chineses, forças-tarefa de superfície e submarinos de ataque que operam no Atlântico.

A China, com toda a sua prosperidade recém-descoberta e o rápido crescimento de sua marinha, tem poucos lugares para enviar sua frota em todo o mundo. Ao contrário da Marinha dos EUA, que pode contar com uma rede global de aliados militares com portos acolhedores, a Marinha do Exército de Libertação Popular pode navegar para a Rússia, Paquistão, Djibuti ... e só isso.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 13/05/2021

COMISSÃO DA OMS FAZ RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR PRÓXIMA PANDEMIA

Informação: Santaportal (13 de maio de 2021)

OMS – Um novo sistema global transparente deveria ser criado para apurar surtos de doenças, habilitando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a enviar pesquisadores com pouca antecedência e revelar suas descobertas, disse uma comissão de estudo da pandemia de covid-19 nesta quarta-feira (12).

A OMS deveria ter declarado o novo surto de covid-19 na China uma emergência internacional antes de 30 de janeiro de 2020, mas o mês seguinte foi “perdido” porque os países não adotaram medidas fortes para deter a disseminação do vírus, disse a comissão.

Em um grande relatório sobre a reação à pandemia, especialistas independentes pediram reformas ousadas na OMS e uma revitalização dos planos de prontidão nacional para evitar outro “coquetel tóxico”.

“É essencial ter uma OMS empoderada”, disse Helen Clark, copresidente da comissão e ex-primeira-ministra da Nova Zelândia, à imprensa no lançamento do relatório “Covid-19: façam dela a última pandemia”.

Ellen Johnson Sirleaf, também copresidente do grupo e ex-presidente da Libéria, disse: “Estamos pedindo um novo sistema de vigilância e alerta que se baseie na transparência e permita à OMS publicar informações imediatamente”.

Ministros da Saúde debaterão as conclusões na abertura da assembleia anual da OMS, em 24 de maio. Diplomatas dizem que a União Europeia está estimulando os esforços de reforma da agência da Organização das Nações Unidas (ONU), o que exigirá tempo.

Segundo o relatório, permitiu-se que o vírus SARS-CoV-2, que surgiu na cidade chinesa de Wuhan no fim de 2019, se transformasse em uma “pandemia catastrófica” que já matou mais de 3,4 milhões de pessoas e devastou a economia mundial.

“A situação na qual nos encontramos hoje poderia ter sido evitada”, disse Johnson Sirleaf. “Ela se deve a uma série de erros, lacunas e atrasos na prontidão e na reação.”

Médicos chineses relataram casos de pneumonia atípicas em dezembro de 2019 e informaram as autoridades. A OMS recebeu relatos do Centro de Controle e Prevenção de Doenças de Taiwan e outros, disse a comissão.

De acordo com o relatório, o Comitê da OMS deveria ter declarado emergência de saúde internacional em sua primeira reunião de 22 de janeiro, em vez de esperar até 30 de janeiro.

O comitê não recomendou restrições de viagens devido aos regulamentos internacionais de Saúde da OMS, que precisam ser reformulado, segundo o documento.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/05/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

VALE INICIARÁ OPERAÇÃO DE NAVIO COM VELAS ROTATIVAS PARA REDUZIR EMISSÕES

A Vale informou que o primeiro navio Guaibamax equipado com o sistema de velas rotativas (rotor sails) a serviço da Vale iniciará viagem nos próximos dias. O navio possui capacidade de transporte de 325 mil toneladas de minério de ferro e pelotas e contará com cinco velas rotativas instaladas ao longo da embarcação que permitirão um ganho de eficiência de até 8% e uma consequente redução de emissão de até 3,4 mil toneladas de CO2 equivalente por navio por ano.

“Caso o projeto comprove-se eficiente, estima-se que pelo menos 40% da frota à serviço da Vale esteja apta a utilizar a tecnologia. O início da operação de navios equipados com velas rotativas faz parte do portfólio de iniciativas da Vale na área de navegação, que inclui ainda a tecnologia Air Lubrication e a adoção de navios multicomcombustível”, diz a empresa em comunicado ao mercado.

Segundo a mineradora, essas ações contribuem para atingir o compromisso de redução de 15% das emissões líquidas de escopo 3 até 2035.

Adicionalmente, a Vale busca reduzir suas emissões absolutas de Escopos 1 e 2 em 33% até 2030 e atingir a neutralidade até 2050, em linha com o Acordo de Paris, liderando o processo de evolução para mineração de baixo carbono.

Tecnologia de velas rotativas

As velas rotativas são rotores cilíndricos, com quatro metros de diâmetro e 24 metros de altura. Em contato com a vela em rotação, o ar passa a se mover em diferentes velocidades ao longo de sua superfície, resultando em uma variação de pressão que por sua vez impulsiona a embarcação à frente, em efeito semelhante ao das bolas de futebol, tênis e golfe que realizam curvas durante o voo, um fenômeno conhecido como “efeito Magnus”.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 13/05/2021

CARTEIRA DE CONCESSÕES TEM 120 PROJETOS, COM R\$ 243 BI EM INVESTIMENTO, DIZ BNDES

A carteira de projetos de desestatização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como concessões de infraestrutura, chegou a 120 mandatos, com um investimento total de R\$ 243 bilhões em obras, segundo o diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs da instituição de fomento, Fábio Abrahão.



O executivo comemorou o amadurecimento da carteira, com a chegada de projetos importantes ao mercado, por meio de licitações, como no leilão das concessões de parte dos serviços de água e esgoto prestados pela Cedae, a estatal de saneamento do Rio.

Ele citou ainda como exemplo de projetos próximos de serem licitados a privação de Codesa, a Companhia Docas do Espírito Santo, a concessão de saneamento em Porto Alegre e no Estado do Amapá.

“O que percebemos agora, na sequência de leilões, é a entrada de ‘players’ cujo principal negócio é a prestação de serviços de infraestrutura, com foco na satisfação do cliente”, afirmou Abrahão.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 13/05/2021

OBJETIVO É ‘VIABILIZAR PRIVATIZAÇÃO’ DA ELETROBRAS, DIZ DIRETOR DO BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) trabalha na estruturação da capitalização da holding estatal Eletrobras, com o objetivo de “viabilizar a privatização” da empresa, e não avalia, no momento, vender suas ações na companhia junto da operação, afirmou nesta quinta-feira, 13, o diretor de Privatizações da instituição de fomento, Leonardo Cabral.

“O BNDES, hoje, não está avaliando a hipótese de vender ações em conjunto com a oferta. O nosso foco é realizar o aumento de capital da Eletrobras para que ela pague a sua descotização”, afirmou Cabral, em apresentação online para comentar os resultados financeiros do primeiro trimestre.

O diretor do BNDES reafirmou que a continuidade do trabalho de estruturação da operação da Eletrobras depende da conversão em lei da Medida Provisória (MP) que autoriza a venda do controle da holding pela União. Cabral lembrou que o prazo final para a MP ser convertida termina em 22 de junho.

O executivo também reafirmou as perspectivas de cronograma. Com a aprovação da MP em junho, é possível chegar ao fim do ano com a operação estruturada.

O BNDES mira a “janela de mercado” entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022 para fazer a capitalização, reafirmou Cabral, como já foi sinalizado em outras ocasiões.

Sobre o modelo da privatização, Cabral reafirmou que a União seguirá com participação na Eletrobras, mas será diluída.

O executivo disse que a equipe do BNDES entende que o uso de uma “golden share” seria, sim, um veículo para a União ter poderes especiais nas decisões da empresa, mas ressaltou que esse ponto está em discussão na conversão da MP em lei no Congresso.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 13/05/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

SUZANO VAI INVESTIR QUASE R\$ 15 BILHÕES EM NOVA FÁBRICA DE CELULOSE NO MS, A “MAIOR DO SEGMENTO NO MUNDO”

A nova unidade terá capacidade para 2,3 milhões de toneladas anuais de celulose

Por Reuters

SÃO PAULO (Reuters) – A Suzano (SUZB3) anunciou nesta quarta-feira que vai investir 14,7 bilhões de reais para erguer o que chama de maior fábrica de celulose de linha única de eucalipto do mundo, prevista para entrar em operação em Ribas do Rio Pardo (MS) no início de 2024.

A nova unidade terá capacidade para 2,3 milhões de toneladas anuais de celulose. O raio médio da madeira que vai abastecer a unidade será de 60 quilômetros, ante mais de 100 quilômetros de outras unidades da empresa, o que tornará a instalação a mais competitiva da Suzano em custos de produção, afirmaram executivos durante vídeo condecoração.



<https://www.infomoney.com.br/wp-content/uploads/2019/08/suzano-1.jpg?w=600&quality=70&strip=all>
Papel e Celulose - Suzano

“Já compramos a madeira necessária para os primeiros anos de produção. Estamos com programa expressivo de plantio de eucalipto e temos completa tranquilidade sobre abastecimento de madeira”, disse o presidente-executivo da Suzano, Walter Schalka.

Com a nova fábrica, a Suzano, hoje já a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, vai elevar sua capacidade de produção, de 10,9 milhões para 13,2 milhões de toneladas anuais.

Os preparativos para o lançamento da unidade já duravam meses, com a empresa citando necessidade de redução da alavancagem antes de fazer o anúncio do investimento.

Com a futura nova fábrica, o Mato Grosso do Sul, que abriga importantes biomas como o Pantanal e o Cerrado, vai abrigar, além da produção agrícola, quatro grandes instalações de produção de celulose, incluindo duas linhas da própria Suzano e uma da Eldorado Brasil, estas três na região de Três Lagoas. Novos projetos de celulose no Estado estão sendo estudados.

O escoamento da produção da nova fábrica da Suzano em Ribas do Rio Pardo se dará via Porto de Santos. As cidades de Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas são ligadas pela BR-262. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, citou durante a apresentação planos de investimento na infraestrutura ferroviária da região.

O financiamento do projeto, que terá desembolsos até 2024, representa um dos maiores investimentos privados do país, será feito com recursos da própria Suzano sem necessidade de contratação de novos financiamentos, afirmou o vice-presidente financeiro da companhia, Marcelo Bacci.

“Nossa alavancagem vai cair abaixo de três vezes até o final do ano, que é o limite de nossa política de endividamento. Essa trajetória abre espaço para novos investimentos”, afirmou o executivo. A Suzano terminou março com alavancagem em dólares de 3,8 vezes dívida líquida sobre lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda).

“O momento é propício”, afirmou Bacci. De fato, em abril, a Suzano elevou os preços de celulose vendida à China para o recorde de 780 dólares a tonelada e aumentou preços cobrados de clientes na Europa e Estados Unidos, citando um mercado com mais demanda que oferta e que ainda enfrenta dificuldades em encontrar contêineres para o transporte da matéria-prima do papel.

Além da Suzano, outras empresas do setor de papel e celulose têm preparado projetos de expansão no país. O anúncio da Suzano nesta quarta-feira ocorreu uma semana após a rival Klabin aprovar investimento adicional de 2,6 bilhões de reais para a ampliação de sua fábrica integrada de celulose e papel no Paraná.

RESULTADO

Além do investimento no MS, a Suzano também divulgou nesta quarta-feira que fechou o primeiro trimestre com Ebitda ajustado de 4,86 bilhões de reais, ante 3 bilhões no mesmo período de 2020. Analistas, em média, esperavam Ebitda de 5,07 bilhões de reais, segundo dados da Refinitiv.

A receita líquida somou 8,9 bilhões de reais, crescimento de 27% sobre um ano antes e de 11% sobre o do quarto trimestre.

Apesar da alta na receita, a produção de celulose recuou 7% na comparação anual e ficou estável na trimestral, a 2,65 milhões de toneladas.

“O trimestre foi marcado pela recuperação do mercado de celulose, com significativa melhora nos fundamentos, o que favoreceu a continuidade da recuperação de preços sobretudo na China e que gradativamente estarão refletidos nos resultados da companhia”, afirmou a Suzano no balanço, se referindo aos aumentos de preços praticados.

A Suzano afirmou que vendeu celulose a um preço médio de 523 dólares a tonelada no primeiro trimestre, 13% acima do valor praticado um ano antes.

A linha final do balanço foi de prejuízo de líquido de 2,75 bilhões de reais, ante resultado negativo de 13,4 bilhões um ano antes.

Fonte: Moneytimes

Data: 13/05/2021

PETROBRAS DIVULGA RESULTADO DO 1º TRIMESTRE NESTA QUINTA-FEIRA: O QUE ESPERAR DOS NÚMEROS DA ESTATAL?

Expectativa é de dados fortes em meio à alta do petróleo, ainda que dados de produção não tenham animado muito; atenção ainda para a tele de resultados

Por Ricardo Bomfim



<https://www.infomoney.com.br/wp-content/uploads/2019/06/p-52-plataforma-petrobras.jpg?w=450&quality=70&strip=all>

Visão aérea da plataforma P-52 da Petrobras na Bacia de Campos. 28 de novembro de 2007. REUTERS/Bruno Domingos

SÃO PAULO – A Petrobras (PETR3; PETR4) reportará seus resultados do primeiro trimestre de 2021 nesta quinta-feira (13) após o fechamento do mercado, com a expectativa de registrar fortes números no período, ainda que os dados de produção divulgados no final de abril não

tenham animado tanto os analistas.

A alta do petróleo, na avaliação do mercado, guiará números mais positivos, enquanto os investidores ficarão atentos à primeira teleconferência de resultados de Joaquim Silva e Luna como presidente da estatal, após as primeiras falas dele serem bem recebidas pelos investidores: a webcast sobre o balanço acontecerá na próxima sexta, às 10h (horário de Brasília).

De acordo com os analistas da XP, os resultados deverão refletir os maiores preços médios de petróleo Brent (usado como referência para a companhia), que registraram alta de 20,67% na comparação anual, passando de US\$ 50,8 no primeiro trimestre de 2021 para US\$ 61,30 o barril em igual período de 2021. “Por outro lado, devem refletir uma média de desconto para a paridade de importação de 9,5% no diesel e de 10,5% na gasolina”, apontam os analistas.

Um dos grandes pontos de atenção para o balanço fica para o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda, na sigla em inglês). O Credit Suisse espera um número de R\$ 50 bilhões, alta de 33% na comparação anual, enquanto a projeção do Bradesco BBI é de um



resultado de R\$ 48 bilhões, tanto pela alta dos combustíveis quanto pelos ganhos no segmento downstream (refino e distribuição). O Credit estima ainda uma redução da dívida líquida que pode chegar a US\$ 5 bilhões.

As projeções para o lucro líquido, por sua vez, são bastante diversas. Enquanto a XP espera um lucro líquido de R\$ 14,6 bilhões no primeiro trimestre de 2021, revertendo a perda histórica de R\$ 48,52 bilhões em igual período do ano passado, o Credit Suisse espera um prejuízo líquido de R\$ 126 milhões devido ao efeito-câmbio. Já o BBI projeta lucro líquido de R\$ 3,34 bilhões no primeiro trimestre, também avaliando que os números da companhia devam ser negativamente impactados pelas perdas cambiais não-caixa.

Maior cautela depois de dados de produção

Cabe destacar que a companhia divulgou seu relatório de produção e vendas do primeiro trimestre no final de abril, com números que, a princípio, levaram a maior cautela para os analistas, ainda que não tenham mudado materialmente a perspectiva para o balanço.

A companhia registrou crescimento de 3,1% na produção, para, em média, 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) de petróleo, gás natural e líquido de gás natural (LGN), em relação ao quarto trimestre do ano passado. Contudo, houve queda de 5% da produção na base anual e de 9% nos volumes de vendas.

Os analistas Regis Cardoso e Marcelo Gumiero, do Credit Suisse, destacaram que o volume total vendido caiu também 7% em relação ao quarto trimestre de 2020 e que as exportações se reduziram em 14% no trimestre e 29% na base anual.

“Avaliamos que os menores volumes de vendas reportados podem atrapalhar o resultado consolidado do primeiro trimestre”, apontou a equipe de análise do banco suíço ao analisar o relatório de produção. A consequência de maior produção, porém menores vendas, de acordo com o Credit Suisse, deve ser um crescimento nos estoques da estatal.

O banco tem recomendação neutra para os ADRs (na prática, as ações da empresa negociadas na Bolsa de Nova York) com preço-alvo de US\$ 10,00, o que representa uma valorização de 6,84% sobre o valor de fechamento das PBR ontem nos EUA.

Já a XP aponta que o dado de produção foi neutro. Os analistas Gabriel Francisco e Maira Maldonado, ressaltam que no refino o volume total de vendas da Petrobras foi de 1,821 milhão de barris por dia, o que corresponde a uma queda de 4,1% na comparação com o trimestre anterior.

Essa redução foi atribuída aos impactos das medidas mais rígidas de distanciamento social adotadas para conter o avanço da Covid-19 no início do ano. “Adicionalmente, o fator de utilização do parque de refino foi de 82%, em linha com nossa visão de que a taxa de utilização deveria subir devido a manutenção de preços de combustíveis abaixo da paridade”, avalia a corretora.

“Por um lado, os números de produção ficaram abaixo na comparação anual devido aos desinvestimentos e ao declínio natural de produção. Por outro, vemos como positiva a maior taxa de utilização de refinarias reportada pela companhia na comparação anual”, escreveu a equipe de análise da XP.

A XP tem recomendação de venda para as ações da Petrobras, com preço-alvo estimado em R\$ 24,00, valor que está 4,57% abaixo do patamar de fechamento das PETR4 no pregão de ontem na B3.

Risco de intervenção divide analistas

Os analistas Bruno Montanari e Guilherme Levy, do Morgan Stanley, por sua vez, avaliam que o dado operacional da Petrobras foi saudável, mas não esperam que seja o bastante para acalmar as preocupações dos investidores com a independência da administração no futuro.



Com uma visão mais otimista, a equipe de análise do Bradesco BBI elevou recentemente a sua recomendação para as ações da Petrobras de venda para neutra com preço-alvo de R\$ 32,00, o que representa uma valorização de 27,24% no valor dos papéis.

Segundo os analistas Vicente Falanga e Gustavo Sadka, é hora de retomar a confiança no investimento em Petrobras, pois apesar dos acontecimentos passados (intervenção do presidente Jair Bolsonaro na política de preços da empresa) terem sido “traumáticos”, a relação risco/retorno parece cada vez mais atrativa. Porém, ainda fazem algumas ressalvas.

“A Petrobras recompôs seu conselho de administração e diretores executivos com nomes técnicos e o novo CEO manifestou o desejo de continuar o planejamento estratégico da gestão anterior, ao mesmo tempo em que a companhia elevou os preços da gasolina e do diesel em R\$ 0,72 o litro este ano, o que adicionou US\$ 5,5 bilhões em FCFE [fluxo de caixa livre para patrimônio] e o governo parece estar estudando formas de criar um fundo de compensação por meio dos leilões dos campos de Sepia e Atapu para evitar a volatilidade nos preços do diesel”, analisa o Bradesco BBI.

Porém, ainda há riscos no radar que impedem os analistas de ficarem mais construtivos com o case. Na avaliação do BBI, enquanto o discurso de posse de Luna, em meados de abril, foi muito positivo para os acionistas, “as ações importam mais do que palavras”. Em sua fala, Silva e Luna afirmou que a companhia pretende reduzir a volatilidade dos preços dos combustíveis (mudanças bruscas dos preços nas refinarias), mas sem desrespeitar a paridade internacional (alinhamento com os preços externos).

O principal risco é de que os seus compromissos possam ser esquecidos em meio às turbulências. Além disso, eles também veem a eleição presidencial de 2022 como um fator-chave de risco, ainda que relativamente distante temporalmente.

Leia também: É hora de olhar de novo para Petrobras? BBI e Credit elevam recomendação para ações, mas seguem atentos aos riscos

Além disso, uma visão mais otimista sobre o case da estatal requer vendas de ativos e/ou a implantação efetiva de um fundo de estabilização de combustível pelo governo para ajudar estruturalmente a resolver a questão do reajuste de combustíveis. Desta forma, além do resultado, a teleconferência com o mercado será acompanhada de perto pelos analistas.

De acordo com dados compilados pela Refinitiv, a Petrobras acumula cinco recomendações de compra, seis neutras e apenas uma de venda entre bancos, corretoras, casas de análise e consultorias. O preço-alvo médio para as ações PETR4 está em R\$ 31,45, o que representa um upside (valorização) de 25,05% em relação ao fechamento de ontem.

Fonte: *Moneytimes*

Data: 13/05/2021

MINÉRIO DE FERRO FECHA EM QUEDA DE 7,5% NA CHINA APÓS RALI; AÇÃO DA VALE CHEGA A CAIR 3%, MAS AMENIZA

O contrato mais negociado do minério de ferro na bolsa de commodities de Dalian, para entrega em setembro, encerrou em baixa de 7,5%

Por Equipe InfoMoney

SÃO PAULO – A sessão é movimentada para as ações da Vale (VALE3) e de siderúrgicas nesta quinta-feira (13) em meio à baixa de commodities. Após abrirem em queda, que chegou a 3,14%, os ativos VALE3 amenizaram as perdas ao longo da sessão e, às 11h (horário de Brasília), tinham baixa de 0,66%, a R\$ 113,57. No ano, a alta acumulada ainda é de 42%.



<https://www.infomoney.com.br/wp-content/uploads/2019/06/vale-mina-gongo-soco.jpg?w=768&quality=70&strip=all>
Minério de ferro da Vale (Crédito: Agência Vale)

As siderúrgicas também têm perdas caso de CSN (CSNA3), Gerdau (GGBR4) e Usiminas (USIM5), assim como a Bradespar (BRAP4), holding da Vale, ainda que não tão expressivas. CSNA3 caía 1,64% (R\$ 48,61), USIM5 tinha baixa de 0,89%, a R\$ 22,16, enquanto BRAP4 caía 1,82% (R\$ 72,98) e Gerdau operava próxima à estabilidade, com baixa de 0,19% (R\$ 36,58).

O movimento ocorre após a forte baixa dos preços de ferrosos na China nesta quinta-feira, liderados pelos contratos de referência do minério de ferro, que chegaram a desabar até 9,5% com uma pausa dos participantes do mercado após um super rali que levou os preços a máximas históricas nos últimos dias.

O contrato mais negociado do minério de ferro na bolsa de commodities de Dalian, para entrega em setembro, encerrou em baixa de 7,5%, a 1.217 iuanes por tonelada (US\$ 188,66), após tocar 1.190 iuanes mais cedo na sessão. A queda acabou com um rali que já durava cinco sessões.

Os preços do minério de ferro na bolsa de Dalian acumulavam ganhos de 23% em maio até quarta-feira, em meio a uma época de pico na demanda, preocupações com cortes de produção siderúrgica que impulsionaram os preços do aço e temores com inflação que alimentaram compras especulativas.

“Nós não vemos um aperto extremo no mercado de minério de ferro, nem agora nem no futuro. Nós vemos pouco suporte para o preço subir para essas máximas, acima do custo do produtor marginal no mercado”, disse Erik Hedborg, analista da CRU, em nota.

Além disso, de olho na forte alta, a Bolsa chinesa havia elevado a margem de garantia exigida para operar contratos da commodity, mas os efeitos foram mais sentidos hoje.

O vergalhão de aço usado em construções negociado na bolsa de Xangai viu o contrato para entrega em outubro recuar 2,9%, para 5.915 iuanes por tonelada.

Fonte: Moneytimes

Data: 13/05/2021

exame.

F M FUTURE OF MONEY

EXAME.FUTURE OF MOPNEY

RECEITA FEDERAL ADOTA REDE BLOCKCHAIN DO MERCOSUL PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

A Receita Federal do Brasil começou a integrar os dados do comércio exterior do país à plataforma blockchain b-Connect e quer expandir uso para outros setores.

Por Lucas Caram. do Cointelegraph - Cointelegraph Brasil

A Receita Federal do Brasil começou a integrar seus dados à plataforma blockchain voltada para o comércio exterior no Mercosul, a b-Connect, ao lado de Argentina, Paraguai e Uruguai. A notícia é do Blocknews.

A Receita agora deve demorar 15 dias para subir seus dados na plataforma. Na primeira fase de operação, a b-Connect servirá para a troca de dados entre operadores econômicos autorizados



(OEAs) dos países envolvidos, informações que já são públicas e não requerem um nível severo de segurança de dados, mas a autoridade fiscal brasileira já planeja sua expansão para outros serviços.

Sérgio Garcia Alencar, coordenador operacional aduaneiro da Receita, reconheceu que a pandemia levou ao adiamento dos prazos iniciais. No longo prazo, a RF pretende integrar 20% das empresas que operam no comércio exterior ao b-Connect.

Entre as vantagens da plataforma blockchain está a confiança entre as partes, a integração de regulações de diferentes países, otimização de troca de informações e acordos, além de toda a parte de custos que envolvem as transações do comércio exterior.

Ronald Thompson, auditor fiscal da entidade brasileira, falou sobre outras vantagens da tecnologia blockchain:

“Com blockchain, não é preciso falar para o outro país usar este ou aquele protocolo, certificado ou centro de dados. Você cria um nó que fala com a blockchain, um outro nó fala com a blockchain e tudo acontece”.

Segundo Sérgio Alencar, a Receita também pretende expandir a plataforma com países parceiros do Mercosul, como México e Estados Unidos. Além disso, há planos de integrar as negociações Aliança do Pacífico, formada por Chile, Colômbia, México e Peru — que também uma plataforma blockchain — à plataforma sul-americana. Ele revela ainda que outros processos que hoje ocorrem em papel podem migrar para a blockchain:

“Temos projetos para dois novos canais. Um é a implantação do sistema internacional de trânsito aduaneiro. O outro é o de troca de declarações aduaneiras”.

Thompson também reconhece que o momento é de otimização de processos e que as portas foram abertas para a inovação no setor:

“A primeira fase é trocar lista de operadores aduaneiros autorizados. As próximas, você nem faz ideia onde vai parar, porque agora abrimos a porteira do bem para facilitar o comércio internacional. O Brasil teve a sacada de usar blockchain para resolver o desafio”

Fonte: Exame.Future OF Money

Data: 13/05/2021



ESTADO DE MINAS - MG

LEILÃO PARA PRIVATIZAR BALSAS DE SP PREVÊ R\$ 240 MILHÕES DE INVESTIMENTOS

O governo de São Paulo vai abrir audiência pública para discutir a privatização do Sistema de Travessias Litorâneas, que entre outros ativos abrange a balsa Santos/Guarujá. Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 240 milhões.

A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e a Secretaria de Logística e Transportes realizarão no próximo 26 de maio uma audiência pública para apresentar e debater o modelo proposto para a concessão, conforme publicado no Diário Oficial desta quarta-feira.

O Projeto de Concessão inclui serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a adequação e exploração do sistema de transporte aquaviário de veículos e passageiros.

O projeto tem prazo de concessão de 30 anos e contempla oito travessias que compõem o sistema no Litoral Paulista: Santos/Guarujá, Bertioga/Guarujá, São Sebastião/Ilhabela, Iguape/Jureia, Cananeia/Ilha Comprida, Cananeia/Continente, Santos/Vicente de Carvalho e Cananeia/Ariri.

O serviço de travessias transporta 28 mil automóveis por dia e 22 mil pedestres e ciclistas.

A estimativa do governo do estado é que as travessias recebam R\$ 240 milhões em investimentos relacionados à aquisição de novos equipamentos e instalações, sendo R\$ 106 milhões destinados especificamente à manutenção da infraestrutura existente.

De acordo com a Artesp, o projeto terá como critério de julgamento a menor tarifa aplicada aos pedestres e ciclistas.

Fonte: Estado de Minas - MG

Data: 13/05/2021



CNN BRASIL

EUA QUEREM QUE MULTINACIONAIS PAGUEM MAIS IMPOSTO –E BRASIL PODE GANHAR COM ISSO

Presidente dos EUA propõe criação de um imposto corporativo global mínimo para acabar com paraísos fiscais e aumentar arrecadação

Por Juliana Elias, do CNN Brasil Business, em São Paulo



https://medias.cnnbrasil.com.br/joe-biden-discursu.jpeg?format=WEBP&image=https://mediastorage.cnnbrasil.com.br/IMAGES/00/00/01/19308_B7F7D9965D14BF31.jpg&width=804

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden

Foto: REUTERS

Os projetos do presidente norte-americano, Joe Biden, que assumiu a Casa Branca em janeiro, são audaciosos. Com a missão adicional de fazer a economia voltar a girar, os anúncios já feitos incluem ajudas trilionárias em auxílio emergencial, um mega-pacote de infraestrutura e

aumento de impostos dos mais ricos para ajudar a pagar a conta toda.

Interessado em levantar a receita que será necessária para cobrir os gastos vultuosos, Biden quer também aumentar o Imposto de Renda (IR) pago pelas empresas nos Estados Unidos. Desde 2017, a cobrança sobre os lucros corporativos, que era antes de 35%, foi reduzida a 21%, uma das mais baixas do mundo desenvolvido. O corte foi uma das grandes bandeiras do antecessor Donald Trump, e Biden quer agora recompô-lo parcialmente, para 28%.

Só tem um problema: para garantir que o plano funcione, Biden precisa antes mudar o mundo. Ciente de que quanto maiores os impostos, mais as grandes empresas irão buscar brechas possíveis para não pagá-los, o democrata está engajado agora em também fixar um piso global para os impostos corporativos.

A ideia é bater de frente com os paraísos fiscais, para onde muitas multinacionais levam suas sedes burocráticas só para pagar menos imposto, mesmo que quase nada da operação funcione ali. É o caso, por exemplo, da Irlanda, que cobra IR de apenas 12,5% sobre o lucro, e que sedia os escritórios internacionais de gigantes como Apple e Google

Uma iniciativa do gênero já vem sendo discutida há alguns anos pelos europeus dentro da OCDE, o grupo que reúne as economias desenvolvidas. O Fundo Monetário Internacional é outro que também defende a articulação para acabar com a evasão fiscal.

Mas eles ganham agora um porta-voz do tamanho dos Estados Unidos e ainda mais agressivo: as conversas da OCDE falavam em um piso comum de 15%. Biden quer 21%. No início de abril, a Casa Branca enviou um documento com a proposta para 135 países, para eles já irem começando a pensar no assunto.

Impostos internos não mudam

O foco da proposta é remanejar a maneira como as cobranças sobre as operações internacionais são feitas hoje, de maneira a atingir, essencialmente, as companhias gigantes. A estratégia não é obrigar os países que hoje têm imposto baixo a aumentá-lo --o tributo doméstico de cada país continuaria igual, e as empresas que produzem e vendem lá dentro seguiriam pagando o mesmo.

O plano é que a diferença do que estiver abaixo dos 21% seja paga aos países de destino caso os lucros sejam remetidos para outro lugar. Isso já deixa bem menos interessante continuar em países pequenos como a Irlanda ou as Ilhas Cayman, já que, para pagar o imposto local, o dinheiro da empresa não pode mais sair de lá.

“O IR sobre as empresas vem caindo desde os anos 1980 e acabou se convertendo numa espécie de guerra fiscal global, na disputa pela atração de investimentos”, diz o diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Bernard Appy, especializado em tributação e ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda.

"Quando eram majoritariamente indústrias, não era um problema tão sério, porque a localização física delas é muito bem definida. Quando passamos a ter uma nova economia, em que a base do lucro é a ideia, e a empresa pode estar em qualquer lugar, essa competição internacional ficou mais forte."

Bernard Appy, diretor do CCiF

Até US\$ 14 bi a mais para o Brasil

Um ensaio feito pela Rede de Justiça Tributária (Tax Justice Network), um centro internacional de pesquisas sobre o assunto, estimou que um imposto global mínimo de 21% aplicado sobre as grandes multinacionais poderia devolver aos países uma receita total perdida de até US\$ 640 bilhões por ano (cerca de R\$ 3,5 trilhões), sendo US\$ 166 bilhões disso só dos Estados Unidos, sede de boa parte das maiores empresas do mundo.

No Brasil, o quinhão a ser resgatado poderia chegar até os US\$ 14 bilhões (R\$ 77 bilhões), a depender do rigor das regras. É dinheiro suficiente para cobrir mais de 60% do orçamento anual da Saúde ou para pagar sete meses do auxílio emergencial de R\$ 350 aprovado para 2021.

Só dez países não sairiam com mais arrecadação do que antes, uma lista que inclui vistosos paraísos fiscais, como Ilhas Virgens, Ilhas Cayman e Bermudas.

Por outro lado, fica o efeito colateral de que tributar empresas é sempre, em última instância, tributar produção e emprego, o que inibe investimentos e come também a renda dos trabalhadores.

Outra instituição internacional especializada em tributos, a Tax Foundation, calculou que o aumento de 21% para 28% do imposto corporativo dos Estados Unidos pode tirar US\$ 720 bilhões da economia do país em 10 anos. É mais do que os US\$ 690 bilhões que Biden calculou arrecadar a mais no mesmo período.

Fim de uma era

Se vingar, o plano de criar um imposto global mínimo pode ser o fim de uma era. Ele pode reverter uma tendência que vem desde os anos de 1980 derrubando paulatinamente a carga tributária e, em especial, os impostos cobrados das grandes empresas, ao mesmo tempo em que os Estados foram também diminuindo de tamanho.

A alíquota média global do imposto corporativo caiu de 49%, nos anos 1980, para 23% atualmente. Em um momento em que populações do mundo todo pedem mais suporte em saúde, educação, previdência e distribuição de renda, lideranças globais e a sociedade parecem mais dispostas, agora, a rediscutirem o tabu.

Na maneira como é hoje, a falta de uma regra comum acabou gerando esse "rouba-monte" tributário que, lá fora, começaram a chamar de "corrida para o fundo" ("race to the bottom"): um país que quer atrair empresas de fora baixa um pouquinho seu IR sobre o lucro. O outro, para segurar as empresas que tem, também baixa. Isso obrigada o anterior a reduzir ainda mais, o que obriga o seguinte a cortar de novo também.

É uma espiral sem fim, em que as empresas ganharam muito, mas os países e, portanto, sua população, vão cada vez mais abrindo mão de arrecadação.

"Não vai ser uma negociação fácil. Alguns países, como a Irlanda, não vão concordar de imediato, ou vão querer uma alíquota menor que 21%", diz Appy. "Mas as chances de que a ideia avance, hoje, são reais. Há um número significativo de países relevantes interessados na mudança. E é uma sinalização importante no sentido de tentar começar a mudar essa guerra fiscal mundial."

Fonte: Estado de Minas - MG

Data: 13/05/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GOVERNO MANTÉM PERCENTUAL DE BIODIESEL REDUZIDO PARA O PRÓXIMO LEILÃO

Por epbr - 13 de maio de 2021 - Em Biocombustíveis, Combustíveis, Comece seu Dia

Quem faz*Editada por Gustavo Gaudarde*
gustavo.gaudarde@epbr.com.br

em jogo

O governo decidiu manter o percentual reduzido de biodiesel em 10% (B10) no próximo leilão que abastecerá o mercado nos meses de julho e agosto.

— O Ministério de Minas e Energia (MME) já havia reduzido a mistura de 13% para 10% no leilão passado (L79), que chegou a ser interrompido para alteração do percentual. O motivo foram os preços do biocombustível.

O setor produtivo lamentou a decisão.

— "A sensação do setor é que ele está sendo preterido em favor de outros agentes da economia e que o governo verá os danos que serão consumados na segurança jurídica e nos avanços dos biocombustíveis, que são tão importantes para o futuro do Brasil", diz a Aprobio, uma das associações de produtores de biodiesel.

Diesel verde. Nesta quinta (13), a ANP deve discutir a especificação do diesel verde, isto é, definir quais as características e rotas de produção do novo combustível que será inserido na matriz de transporte do país.

— Tema também opõe produtores de biodiesel e o mercado de distribuição e revenda de combustíveis.

Os setores de transporte e a agropecuária levaram a uma demanda de 1,13 milhão de barris por dia de diesel em março, de acordo com estimativas da Platts Analytics. Aumento de 125 mil barris por dia em relação a fevereiro.

— “A alta procura pelo diesel foi sustentada por setores como a agropecuária, com a colheita da cana-de-açúcar bem encaminhada, além do transporte, com a distribuição de alimentos, bens de consumo e medicamentos, que são feitos principalmente por caminhões”, diz a agência.

A queda na demanda por gasolina e etanol deve perdurar no 2º trimestre, estima S&P Global Platts. A projeção é para 845 mil barris por dia dos dois combustíveis, 75 mil barris por dia a menos na comparação com o mesmo período de 2019, pré-pandemia.

— “A recuperação da demanda no curto prazo continuará a ser fortemente influenciada pela taxa de infecção de COVID no país, que melhorou recentemente, mas continua muito alta. Com isso, moderamos nossas projeções de demanda para o resto do ano”, afirma Lenny Rodriguez, líder de produtos e análise de petróleo da América Latina da S&P Global Platts.

— Em março, a demanda por etanol hidratado foi de 325 mil barris por dia, queda de 55 mil barris em relação a fevereiro. As vendas de gasolina C, com 27% de etanol anidro, caíram de 620 mil barris por dia em fevereiro para 570 mil barris por dia em março.

A produção de etanol do centro-sul caiu 19,9% na segunda quinzena de abril, para 1,28 bilhão de litros, afirmou a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

— Segundo a Unica, a queda na produção se deve ao fato de que um número menor de usinas está em operação, como reflexo da produtividade agrícola mais baixa esperada para a safra 2021/22. Reuters

Petróleo sobe com sinal de alta na demanda. Os futuros de petróleo fecharam em alta nessa quarta (12), com relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) apontando que o excesso de oferta com a pandemia de covid-19 diminuiu e que o mercado está perto de um equilíbrio.

– O Brent para julho avançou 1,12% (+US\$ 0,77), a US\$ 69,32 o barril, enquanto o WTI para junho subiu 1,23% (+US\$ 0,80), a US\$ 66,08 o barril.

– No dia anterior, um relatório da OPEP já havia sugerido uma retomada na demanda global. Estadão

A Açúcar Petróleo, joint venture entre Prumo Logística e Oiltanking, assinou contrato com a Petrobras para dobrar o volume de óleo exportado pela Petrobras no terminal do Porto do Açúcar, em São João da Barra, no Norte Fluminense.

— Prevê o escoamento de até 240 milhões de barris de petróleo, cerca de 300 mil barris por dia (barris/dia), por dois anos. A Petrobras exporta parte de sua produção pelo Açúcar desde 2019.

— A Açúcar Petróleo vai instalar um parque de estocagem de petróleo e conectar o terminal à malha de escoamento do Rio. A previsão de investimentos é da ordem de R\$ 2,5 bilhões. As obras devem começar no segundo semestre.

— O investimento se justifica pelo ritmo de crescimento das exportações, de 20% a 30% ao ano desde 2018, com destaque para a demanda da China. Valor

TCU autoriza venda da RLAM. O tribunal negou nessa quarta (12) pedido de suspensão da venda da refinaria Landulpho Alves (RLAM), da Petrobras, para o fundo Mubadala.

— O tribunal considerou que a precificação em US\$ 1,65 bilhão, com desconto em relação a projeções iniciais, está “tecnicamente embasada e aderente à sistemática para desinvestimentos de ativos” da Petrobras.

— O próprio TCU havia levantado dúvidas sobre o valor da venda, 45% inferior ao valor-base definido internamente pela Petrobras, de US\$ 3,04 bilhões.

Cade multa Ipiranga e Rejaile por cartel. Condenação envolve as distribuidoras, 17 postos, 18 pessoas físicas e o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Santa Catarina, por prática de cartel em Joinville (SC).

— Ao todo, o Cade aplicou mais de R\$ 38,7 milhões em multas. Segundo a condenação, o cartel era liderado por de proprietários de postos, que determinavam os preços e convenciam os demais revendedores a integrarem o conluio, inclusive intermediando a resolução de conflitos entre eles.

O PL do Marco Legal do Licenciamento Ambiental (PL 3729/2004) teve o mérito aprovado na Câmara dos Deputados, restando os destaques para esta quinta (13).

— “Atualmente, o processo não atende nenhuma das partes. É custoso, burocrático, e não preserva o meio ambiente”, defende o relator Neri Geller (PP/MT).

— O ponto de maior preocupação de ambientalistas é a criação de alternativas de licenciamento automático. Uma carta assinada por nove ex-ministros de Meio Ambiente afirma que a proposta vai gerar insegurança jurídica, com um “regime geral de exceção ao licenciamento”.

Em epr: Proposta de licenciamento ambiental pode engessar regras para óleo e gás

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 13/05/2021

TCU NEGA SUSPENSÃO DA VENDA DA REFINARIA DA PETROBRAS NA BAHIA

Por epr - 12 de maio de 2021 - Em Combustíveis, Política energética

O Tribunal de Contas da União (TCU) negou nesta quarta (12) um pedido de suspensão da venda da refinaria Landulpho Alves (RLAM), da Petrobras, para o fundo Mubadala.

O tribunal considerou que a precificação em US\$ 1,65 bilhões, com desconto em relação a projeções iniciais, está “tecnicamente embasada e aderente à sistemática para desinvestimentos de ativos” da Petrobras.

“Não se vislumbra, até o momento, irregularidades”, diz o acórdão.

O próprio TCU havia levantando dúvidas sobre o valor da venda, 45% inferior ao valor-base definido internamente pela Petrobras.

Hoje, além de indicar a conformidade da venda, o tribunal rejeitou pedidos dos deputados federais Arlindo Chinaglia Júnior (PT/SP), Elvino Bohn Gass (PT/RS) e Joseildo Ribeiro Ramos (PT/BA), que pretendiam ingressar na ação.

Os parlamentares do PT e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) tentam evitar a venda, sob o argumento que o negócio fechado em meio a pandemia e por um valor abaixo das estimativas de mercado vai provocar prejuízo para a estatal e, portanto, para a União.

O que foi levado em conta pelo TCU

- A corte de contas decidiu que não há necessidade de suspensão cautelar da venda, cujos contratos já foram assinados. O fechamento da operação está previsto apenas para setembro;
- Não há urgência, pois o contrato de venda prevê o cancelamento do negócio, se forem constatadas irregularidades;
- A análise da venda das refinarias continua. Neste processo, estão incluídas quatro unidades: Abreu e Lima (Rnest), Landulpho Alves (Rlam), Presidente Vargas (Repar) e Alberto Pasqualini (Refap);
- Petrobras vendeu a refinaria por 45% do valor estimado internamente pela companhia, mas as informações apresentadas “demonstraram estar tecnicamente embasadas”;

Com a decisão do TCU, sindicatos de petroleiros devem acionar a Justiça Federal para evitar a venda da refinaria.

“Além das medidas judiciais já tomadas, é importante frisar aos petroleiros que uma eventual decisão negativa do TCU hoje não significará a impossibilidade de tomada de novas medidas judiciais sobre a venda da RLAM, e das demais refinarias da Petrobras abaixo do mercado”, afirma o escritório Advocacia Garcez.

A banca representa Sindipetros de 13 estados, incluindo da Bahia.

“Não há justificativa alguma para a gestão da Petrobras dar um desconto de 50% no valor de mercado da refinaria. Estamos com ações judiciais questionando o valor aviltado”, diz o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, em nota.

Análises técnicas do Instituto Nacional de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), ligado à FUP, estimam que o preço da unidade seria de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões.

Ações em curso

A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) tem uma representação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Alega que a venda é lesiva para a Petrobras e seus acionistas.

Há ações populares na Justiça Federal, inclusive uma movida pelos senadores Jacques Wagner (PT/BA) e Otto Alencar (PSB/BA), juntamente com a FUP e o Sindipetro da Bahia.

No sistema do tribunal de contas ainda não consta um acórdão de decisão por parte do ministro Walton Alencar Rodrigues, relator do caso.

Ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, garantiu que a venda da Landulpho Alves seria autorizada pelo TCU.

“Foi tudo esclarecido junto ao TCU. O processo de venda da refinaria está devidamente autorizado por parte daquele tribunal e por parte de todos agentes públicos que participam desse processo”, garantiu aos deputados da Comissão de Minas e Energia (CME).

Em março, o ministro ministro Walton Alencar Rodrigues havia determinado a análise do valor da venda, fechada por um valor 45% inferior ao cenário-base calculado internamente pela própria Petrobras.

A estatal precificou inicialmente a refinaria em US\$ 3,04 bilhões. O contrato de venda, aprovado pela diretoria e conselho da Petrobras, foi de US\$ 1,65 bilhão.

Rodrigues deixou claro que há “risco de iminente de conclusão do negócio, mesmo antes que este tribunal possa debruçar-se sobre a matéria”, o que representa “possível prejuízo ao interesse público”, disse.

“Esclarecendo que tem havido uma agilização extremamente enfática do procedimento por parte da Petrobras, para concluir a questão antes da conclusão do procedimento no âmbito do controle externo”, afirmou na época.

Petrobras formaliza novos prazos para venda de refinarias

A diretoria da Petrobras aprovou nesta terça (11) os novos prazos dos acordos com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para a venda dos ativos, tanto do termo de compromisso de cessação (TCC) do gás natural, quanto do refino.

O CADE já aprovou os aditivos.

- Refinaria Isaac Sabbá (REMAN), Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) e Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) – 31/07/2021;
- Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Refinaria Gabriel Passos (REGAP) e Refinaria Abreu e Lima (RNEST) – 30/10/2021;
- Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) – 31/12/2021;
- Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) – 30/06/2021.
- refinaria Landulpho Alves (RLAM) na Bahia



https://846928.smushcdn.com/1787860/wp-content/uploads/2021/03/13243537494_98d438a2fe_k-1536x1025.jpg?lossy=1&strip=1&webp=1
Refinaria Landulpho Alves (RLAM) na Bahia, vendida pela Petrobras por US\$ 1,65 bilhão para o Mumbadala

Silva e Luna na Câmara

O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, deve ir à Câmara dos Deputados para discutir os desinvestimentos da estatal na última semana de maio.

Deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) aprovaram o convite em abril, que tem como proposta inicial o debate sobre a privatização de ativos da Petrobras.

A oposição vai pedir explicações sobre o valor da venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), alvo de vários questionamentos entre parlamentares na Câmara e no Senado, além do próprio TCU.

“Essa refinaria tem que servir de exemplo para que outras não tenham o mesmo destino”, disse o autor do requerimento, Rogério Correia (PT/MG).

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 13/05/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

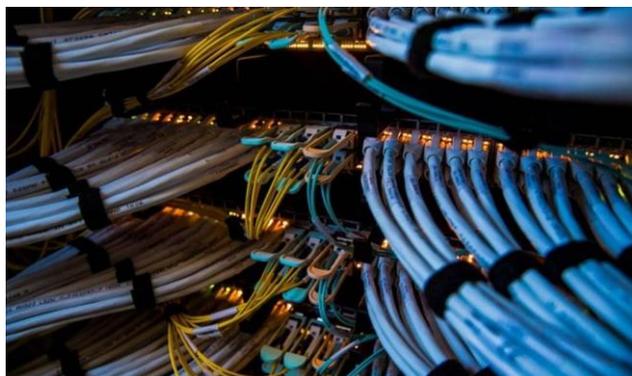
BRASIL ENTRA EM PROJETO DE MEGACABO DE REDE DE 15 MIL KM PARA FORTALECER INTERNET NO PAÍS

Cabo submarino vai ligar a América do Sul à Ásia e à Oceania, com investimento de US\$ 400 milhões

Por Eliane Oliveira

BRASÍLIA — O governo brasileiro anunciou, nesta quinta-feira, sua adesão formal ao projeto para a construção do cabo de fibras óticas “Humboldt”, com quase 15 mil quilômetros de extensão. Trata-se de uma iniciativa chilena, que prevê a instalação do primeiro cabo submarino para interligar a América do Sul à Oceania e à Ásia.

Além do Brasil, Argentina, Austrália e Nova Zelândia já manifestaram sua participação no projeto.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24091994-0d2-2c5/FT1086A/xfibra-otica-2.jpg.pagespeed.ic.IQ2KCbZAKT.jpg>

Cabo de fibra ótica: projeto vai ligar Brasil à Ásia e à Oceania Foto: Bloomberg

Nos próximos meses, equipes técnicas dos países envolvidos aprofundarão as discussões sobre as modalidades financeiras e técnicas da participação do Brasil neste projeto de longo prazo. O volume total de investimentos do projeto foi orçado em cerca de US\$ 400 milhões, e o prazo da concessão

público-privada que deverá operá-lo foi estimado em 25 anos.

Durante cerimônia de lançamento dessa parceria, o chanceler Carlos França destacou que o projeto do cabo submarino "Humboldt" contribuirá para acelerar a interconexão e a digitalização das economias não apenas do Brasil e do Chile, mas também dos demais países da sul-americanos.

Ele destacou que a evolução digital e as telecomunicações desempenharão papel central no mundo.

— A pandemia tem acelerado a transformação digital e tem demonstrado a importância de nos apropriarmos das potencialidades da economia digital para o benefício da sociedade, sem descuidarmos da resiliência e da segurança das redes — afirmou França, ao lado do ministro das Comunicações, Fábio Faria, em videoconferência com autoridades chilenas.

Segundo destacou o ministro das Comunicações, o cabo contará com um sistema de oito fibras óticas e terá capacidade inicial de transmissão de dados de até 400 Gbps.

Melhora na conexão

Esse potencial é suficiente cobrir 14.810 quilômetros de extensão e conectar Valparaíso (Chile) a Sydney (Austrália), passando por Auckland (Nova Zelândia), 14.810 quilômetros de extensão.

A conexão da Austrália com a Ásia será feita por cinco cabos já implantados e em funcionamento.

— Ao ligar a América do Sul à Oceania e à Ásia, a iniciativa contribuirá para o aumento da redundância da conexão brasileira com a internet mundial, com melhoria da disponibilidade e da confiabilidade do sistema. Ademais, permitirá o aumento do volume do tráfego de dados do país com as regiões que mais crescem em demanda por internet no mundo — salientou Faria.

Após o lançamento do que está sendo chamado de "conexão transpácífica", uma nota conjunta do Itamaraty e do Ministério das Comunicações destacou que a conexão por fibra ótica do Brasil com seus vizinhos vai consolidar a infraestrutura digital regional.

Aumento do tráfego na internet

Como resultado, o Brasil terá condições de se posicionar como líder da transformação digital e do mercado digital na América do Sul. Atualmente, Argentina, Brasil e Chile respondem por 80% do tráfego de internet na América do Sul.

"A adesão brasileira ao projeto do cabo “Humboldt” vem somar-se a outras importantes iniciativas do governo brasileiro, como o leilão de frequências de 5G, que dinamizará o mercado nacional de

telecomunicações, ao viabilizar aplicações industriais dessa tecnologia ultrarrápida, ultraestável e de latência (tempo de resposta aos comandos) mínima", diz a nota.

"E a conexão com a Europa, através do cabo submarino EllaLink, que intensificará a transmissão de dados com os principais continentes produtores de conteúdo e demanda e propiciará a redução de custos para as empresas e o aumento de eficiência nos processos produtivos", diz o comunicado conjunto.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/05/2021

DONA DE OLEODUTO NOS EUA PAGOU US\$ 5 MILHÕES A HACKERS PARA REATIVAR OPERAÇÕES

Desde 7 maio, fechamento do canal de distribuição de combustível provocou forte escassez em postos de gasolina da Costa Leste

Por Bloomberg



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25014003-1b4-99a/FT1086A/xcolonial.jpg.pagespeed.ic.QQumGu2sWV.jpg>

Tanques de combustível na empresa Colonial, afetadas pelo ataque de "ransomware" Foto: DRONE BASE / REUTERS

NOVA YORK - A Colonial Pipeline pagou quase US\$ 5 milhões a hackers do Leste Europeu na sexta-feira para ajudar a restaurar a operação do maior oleoduto de combustível dos EUA, de acordo com duas pessoas familiarizadas com a transação.

Anteriormente a empresa afirmou que não tinha intenção de pagar o resgate exigido pelos criminosos após um ataque de ransomware que bloqueou a distribuição de gasolina e diesel na Costa Leste.

A empresa pagou o resgate em criptomoedas não rastreáveis horas após o ataque, ressaltando a imensa pressão enfrentada pela operadora com sede na Geórgia para fazer com que a gasolina e o combustível de aviação fluam novamente para as principais cidades da região, disseram as fontes.

Assim que receberam o pagamento, os hackers forneceram à operadora uma ferramenta para descifrar o código que travou a operação do oleoduto e restaurar sua rede de computadores.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25014002-af1-e56/FT1086A/xposto.jpg.pagespeed.ic.aXYxby7kby.jpg>

"Desculpe, estamos sem gasolina", diz o aviso em posto no estado da Virginia Foto: KEVIN LAMARQUE / REUTERS

A ferramenta era tão lenta que a empresa continuou usando seus próprios backups para ajudar a restaurar o sistema, disse uma pessoa familiarizada com os procedimentos. Procurada, a Colonial não quis comentar.

FBI aponta grupo de hackers DarkSide

Os hackers, que o FBI disse estarem ligados a um grupo chamado DarkSide, são especializados em extorsão digital, e acredita-se que estejam localizados na Rússia ou no Leste Europeu.

Ransomware é um tipo de malware que bloqueia os arquivos da vítima, que os atacantes prometem desbloquear mediante pagamento.

O FBI desencoraja as organizações a pagar resgate a hackers, dizendo que não há garantia de que cumprirão as promessas de desbloquear arquivos.

Um relatório divulgado no mês passado por uma força-tarefa sobre ransomware disse que o valor pago pelas vítimas de ransomware aumentou 311% em 2020, atingindo cerca de US \$ 350 milhões em criptomoedas.

O resgate médio pago pelas organizações em 2020 foi de US\$ 312.493, de acordo com o relatório.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/05/2021

EM 'TESE DO SÉCULO', SUPREMO DECIDE QUE EXCLUSÃO DO ICMS DO PIS/COFINS VALE A PARTIR DE 2017

Dos 11 ministros, 8 concordaram que decisão de quatro anos atrás não terá efeito retroativo. Governo queria que regra valesse só a partir deste ano

Por Mariana Muniz

BRASÍLIA - No julgamento sobre matéria tributária considerado o mais importante dos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, decidida pela Corte em 2017, só vale a partir daquele ano. O governo queria que a nova regra definida há quatro anos só valesse a partir da conclusão do julgamento desta quinta.

O entendimento foi definido em uma votação com ampla maioria: 8 votos a 3. Os magistrados concordaram em determinar a chamada modulação de efeitos, quando se define a partir de quanto uma decisão passa a valer. Sem esse procedimento, o entendimento teria efeito retroativo. Ou seja, valeria para casos ocorridos até cinco anos antes de 2017, segundo tributaristas.

A votação é importante porque define sobre o montante do faturamento das empresas sobre o qual a União pode cobrar o PIS/Cofins, combinação de dois tributos federais. Sem o ICMS — um tributo estadual — na conta, o imposto devido é menor. Isso beneficia empresas, mas preocupa a equipe econômica por causa do impacto sobre os cofres públicos.

Por isso, após a Corte decidir que o ICMS não deve ser contabilizado, o governo federal buscou conter os efeitos da medida por meio da modulação. Segundo estimativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Fisco poderia ter que restituir em R\$ 258,3 bilhões contribuintes, caso a regra valesse de forma retroativa.

ENTENDA O NÓ DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL - 1 de 6

Sistema complexo

A decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir a comissão mista da reforma tributária significa, na prática, uma volta dos debates à estaca zero. A principal proposta é a unificação dos impostos. Mas entrar em um acordo sobre como ela será feita é tão complexo quanto o próprio sistema tributário brasileiro. Estados e municípios temem perder uma fatia de suas arrecadações e são muitos os impostos.

Emaranhado de impostos

O Brasil tem, pelo menos, cinco tributos embutidos nos preços de bens e serviços: três cobrados pela União (IPI, PIS e Cofins), um dos estados (ICMS) e um dos municípios (ISS). Só o ICMS tem 27 formatos diferentes, um para cada estado e o DF. Ou seja, para vender em outros estados, o empresário tem que pagar e conhecer os diferentes tributos.

Custo alto

Além da quantidade de tributos, o custo é alto. Um exemplo é a tributação geral de medicamentos, uma das maiores do mundo, em torno de 33%. Em países desenvolvidos é de cerca de 6%. Outro item essencial com carga tributária elevada, por exemplo, é o absorvente íntimo: 27% só de imposto.

Classificação

A classificação é outro problema recorrente. É perfume ou água de colônia? A alíquota da fórmula concentrada é 42%. Já a da fragrância mais leve, de 12%. “Uma grande diferença”, segundo o especialista em direito tributário e da FGV, Gabriel Quintanilha.

Burocracia sem fim

O Brasil é o país em que as empresas gastam o maior número de horas com a burocracia dos impostos, segundo um relatório do Banco Mundial que avalia 190 países. Uma empresa brasileira gasta, em média, 1.501 horas por ano cuidando de obrigações relacionadas a tributos. É cinco vezes a média gasta pelos países de América Latina e Caribe.

Efeito cascata

Esse nó de tantas informações e cobranças dificulta a vida e o caixa das empresas, além de facilitar erros. Segundo a Endeavor, 86% das empresas brasileiras apresentam algum tipo de irregularidade no pagamento de seus tributos. Estas lacunas muitas vezes são por desconhecimento das muitas regras. Mesmo assim, podem gerar multas e despesas altas.

Procurado pelo GLOBO na manhã desta quinta, o órgão não informou qual seria o impacto no caso da regra valer a partir de 2017. A PGFN informou que só se pronunciaria após a conclusão do julgamento.

O cálculo do governo é questionado pelas empresas, que apontam riscos de uma decisão desfavorável para os balanços das companhias, uma vez que muitas já contabilizam os “créditos” da decisão do STF em seus ativos.

Como votaram os ministros

Os seguintes ministros votaram a favor de que a nova regra tenha validade de 2017 em diante: Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Ricardo Lewandowski, Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Cármen Lúcia, relatora do caso.

Rosa Weber, Edson Fashin e o decano Marco Auréli Mello foram contra qualquer tipo de modulação. Ou seja: defenderam que os efeitos fossem retroativos, independentemente da data do julgamento.

Entre os que defenderam a modulação, houve divergência sobre como a conta deve ser feita. Parte dos magistrados defendeu que o ICMS a ser descontado deve ser o integral, destacado na nota fiscal. Já Nunes Marques, Gilmar e Barroso defenderam que só o que for efetivamente recolhido no imposto estadual seja excluído.

Esses valores são diferentes porque, muitas vezes, empresas podem obter crédito tributário no imposto estadual.

Apesar da divergência, o presidente da Corte, Luiz Fux, estabeleceu que vale a tese de descontar o valor integral do ICMS, ou seja, o destacado. A proclamação do resultado não foi questionada pelos outros membros do Tribunal.

O entendimento atende parcialmente o pedido do governo federal, que queria que os efeitos do julgamento de quatro anos atrás só tivessem validade a partir do fim do julgamento deste ano.

— O impacto financeiro, além da dificuldade de planejamento orçamentário federal, tendo em vista da impossibilidade de calcular valores elegíveis por ano fiscal, poderia gerar crise econômica sem precedentes — disse o ministro Alexandre de Moraes, um dos que acompanhou o voto da relatora, visto como uma posição intermediária.

Quem abriu o entendimento para que fosse excluído da base de cálculo apenas o ICMS recolhido foi o ministro Nunes Marques — diferenciação que, como lembrou a ministra Cármen Lúcia, “pode ter enorme impacto nas contas a serem feitas no momento do pagamento das compensações” da União à empresas.

— Compreendo que deve prevalecer o critério do ICMS líquido, devido em cada etapa da cadeia de circulação, ou seja, o saldo do crédito apurado e devido por cada contribuinte — disse Nunes Marques, que foi acompanhado pelo ministro Roberto Barroso.

Do lado contrário a modulação, ou seja, a favor da aplicação retroativa dessa decisão de 2017, ficaram os ministros Edson Fachin e Rosa Weber – que rechaçaram os argumentos da União.

— Para atingir equilíbrio orçamentário às custas do contribuinte a modulação propiciaria que as consequências jurídicas fossem preteridas em relação às financeiras — afirmou Fachin.

Para Rosa, “argumento do impacto orçamentário não constitui por si só fundamento suficiente para a caracterização do excepcional entendimento, sob pena de a modulação ser a regra sempre que envolveria as questões tributárias e financeiras.

— Essa relevância não poder traduzida em interesse jurídico imediato — disse a magistrada.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/05/2021

PRESIDENTE DA ELETROBRAS DIZ QUE MUDANÇAS EM TEXTO PODEM ATRASAR PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL

Companhia tem lucro de R\$ 1,6 bi, impulsionado por reajuste de tarifas. Valor é 31% superior ao registrado no mesmo período de 2020

Por Bruno Rosa e Reuters

RIO — A Eletrobras registrou lucro líquido de R\$ 1,6 bilhão no primeiro trimestre, valor 31% superior ao mesmo período de 2020, apoiada por melhores resultados em seus negócios de transmissão após uma revisão tarifária e com influências dos índices de inflação, como o IGPM, que reajustam contratos.

A divulgação do resultado ocorre após a apresentação do relatório da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobras, na terça-feira, pelo deputado federal Elmar Nascimento (DEM-BA).

O relatório desagradou o governo, que tenta agora mudar o texto para avançar com a venda da estatal. Na avaliação de integrantes do Executivo, texto da MP inviabilizaria operação.

Em teleconferência com analistas, o presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, disse que, embora, haja no Congresso uma disposição em avançar com o projeto, algumas mudanças na proposta podem atrasar a privatização.

- Há um clima favorável com o projeto. É natural a discussão da Medida Provisória (MP) e aprimoramento do texto feito pelo governo, mas ainda não tivemos a apresentação formal do substitutivo pelo relator. São normais as discussões. Você apresenta a proposta e depois conversa até chegar a uma versão final.

Ele, no entanto, listou alguns desafios que podem atrasar a capitalização da Eletrobras. Ele citou a permissão para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) intervenha no mercado, realizando leilões de energia, por exemplo:

- Em relação à questão da Aneel fazer os leilões de energia, a gente entende que isso geraria um risco grande para o processo de capitalização e de como isso seria tratado no futuro. Em relação

aos empréstimos compulsórios, a mesma forma. A gente entende que a inclusão de um dispositivo que preveja o tratamento para isso na lei nesse momento pode gerar dificuldade e atraso no processo de capitalização.

Risco de racionamento: Governo aciona termelétricas e importa energia para driblar falta de chuva, mas conta de luz vai subir

Limp se referiu a um trecho do relatório do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), que coloca na lei a necessidade de a Eletrobras negociar um passivo da ordem de R\$ 80 bilhões, referente a processos em tramitação na Justiça que questionam o pagamento pela Eletrobras de empréstimos compulsórios criados na década de 1960 para expansão do setor elétrico.

- A gente não sabe o que vai ser proposto exatamente em relação aos empréstimos compulsórios. Mas achamos que isso vai ser um dificultador. É um volume muito grande de recursos e cálculos complexos que envolvem vários planos econômicos. É um tema complexo para ser inserido nesse momento e seria um obstáculo - complementou Elvira Presta, diretora de Relações com Investidores da Eletrobras em teleconferência.

Limp disse que o presidente da Câmara, Arthur Lira, sinalizou que a previsão é que a MP seja votada na semana que vem. E depois terá ainda cerca de um mês para ser analisado no Senado, antes do fim do prazo de validade da MP, que vence no fim de junho.

Os executivos destacaram ainda que só após a aprovação da MP é que será analisado o processo de separação da Eletronuclear e de Itaipu, que não podem ser privatizadas. Isso vai depender ainda do trabalho que está sendo conduzido pelo BNDES.

Receita sobe 8%

Na divulgação de seus resultados, a estatal disse que a receita operacional líquida da companhia teve acréscimo de 8%, alcançando R\$ 8,2 bilhões entre janeiro e março, enquanto custos e despesas operacionais totais atingiram R\$ 5,2 bilhões, uma elevação de 10%.

A receita de geração da companhia atingiu R\$ 5,8 bilhões, perto dos R\$ 5,9 bilhões do ano anterior, enquanto em transmissão houve salto de 25% para R\$ 3,8 bilhões.

Já os custos com pessoal, material, serviços e outros (PMSO) recuaram 5%, para R\$ 2 bilhões. Do lado negativo, a estatal registrou aumento nas provisões operacionais, para R\$ 1,1 bilhão, ante R\$ 392 milhões no ano anterior.

A Eletrobras, com negócios em geração, transmissão e comercialização de energia, disse que o aumento deve-se a revisões tarifárias de ativos de transmissão de suas subsidiárias, que levaram a aumentos de valores, além dos índices de inflação associados aos contratos no setor.

A estatal, incluindo subsidiárias, encerrou 2020 com déficit total de R\$ 6,8 bilhões nos planos de pensão de funcionários, o que pode em algum momento exigir programas de ajuste com eventuais contribuições extras de empregados e da empresa.

Investimentos e dívida

A companhia provisionou R\$ 436 milhões devido a processos judiciais referentes ao chamado empréstimo compulsório, enquanto sua controlada Chesf provisionou R\$ 363 milhões, sendo R\$ 185 milhões devido à situação hidrológica desfavorável.

Ainda houve um impacto negativo de variação cambial líquida de R\$ 601 milhões sobre os resultados.

A elétrica encerrou o trimestre com dívida líquida de R\$ 20,56 bilhões, enquanto caixa e equivalentes somavam R\$ 14,65 bilhões.

Os investimentos no período foram de R\$ 519 milhões, alta de 58% frente aos R\$ 329 milhões do ano anterior, mas bem abaixo dos R\$ 1,29 bilhão orçados para o trimestre.

A Eletrobras detém 43% das linhas de transmissão do país, num total de 76.230 km, e é responsável por cerca de 29% da geração do Brasil, com 50.676 MW de capacidade instalada.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/05/2021

AMAZON ANUNCIA NOVO CENTRO LOGÍSTICO EM SÃO PAULO, O NONO NO BRASIL

Unidade, de 57 mil metros quadrados, vai reforçar o serviço de armazenagem e entrega de encomendas de lojistas que vendem por meio do marketplace da varejista

Por Reuters



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/23390858-296-028/FT1086A/x80746814_ECAMAZONCENTRO-DE-DISTRIBUICAOFCFOTOS-JULIO-VILELA.jpg.pagespeed.ic.iyVmdxrB7l.jpg

Primeiro centro de Distribuição da Amazon em Cajamar, SP, inaugurado em setembro Foto: Julio Vilela / Agência O Globo

no Brasil.

SÃO PAULO - A gigante americana de comércio eletrônico Amazon anunciou nesta quinta-feira a inauguração de um novo centro logístico em Cajamar, o segundo na cidade da Grande São Paulo e o nono

Segundo a companhia, a unidade vai reforçar o serviço de armazenagem e entrega de encomendas de lojistas que vendem por meio do marketplace da Amazon, o que ela chama de Fulfillment by Amazon (FBA), com ênfase no atendimento aos clientes do serviço por assinatura Prime, que têm direito a fretes grátis.

O novo complexo tem cerca de 57 mil metros quadrados de área.

O FBA vale para vendedores localizados no Estado de São Paulo que operam sob o regime tributário Simples Nacional.

Em setembro de 2020, a Amazon inaugurou o primeiro centro de distribuição em Cajamar, logo após a população ser orientada a adotar medidas de isolamento. O centro de logística tem mais de 100 mil metros quadrados.

Em novembro, a empresa havia anunciado a abertura de três centros logísticos adicionais no Brasil, em Minas Gerais (Betim), Distrito Federal (Santa Maria) e Rio Grande do Sul (Nova Santa Rita).

A ampliação da estrutura logística ocorre em meio à corrida de gigantes como Mercado Livre e Magazine Luiza para reduzir os prazos de entrega e ganhar mercado do comércio eletrônico no Brasil, que teve impulso desde o ano passado com o isolamento social devido à pandemia da Covid-19.

Estratégia de contratação

Nos EUA, a Amazon anunciou que dará US\$ 100 a mais para novos contratados com a prova de vacinação contra a Covid-19, como parte de seu plano de empregar 75.000 trabalhadores para operações de atendimento e logística.

À medida que as vacinas se tornam cruciais para a reabertura da economia, vários varejistas dos EUA, incluindo Dollar General, Kroger e Target, estão oferecendo bônus ou outras vantagens para os funcionários que tomam suas vacinas.

A demanda por funcionários horistas em restaurantes, fábricas, lojas de varejo e centros de distribuição está aumentando à medida que a demanda por e-commerce continua robusta, enquanto mais consumidores devem sair de suas casas após um ano de vida confinada.

Os incentivos relacionados à vacina também têm como objetivo atrair de volta ao mercado trabalhador que recebem cheques de ajuda humanitária e cautelosos com a pandemia, bem como com a falta de creches.

A Amazon vai pagar aos novos contratados um salário médio inicial de mais de US\$ 17 por hora, refletindo aumentos recentes entre 50 centavos e US \$ 3 por hora para cerca de meio milhão de trabalhadores de centros de distribuição nos Estados Unidos.

A varejista também pagará um bônus de inscrição de até \$ 1.000.

A empresa se beneficiou de um aumento nas vendas de comércio eletrônico à medida que mais consumidores se voltaram para a Internet no ano passado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/05/2021

GOVERNO TENTA MUDAR RELATÓRIO DE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS NA CÂMARA PARA AVANÇAR COM A VENDA

Na avaliação de integrantes do Executivo, texto da MP inviabilizaria operação. Relator desiste de destinar R\$ 5,8 bilhões a estatal controlada pelo Centrão

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA - Depois de o relatório da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobras, apresentado pelo deputado federal Elmar Nascimento (DEM-BA), desagradar ao governo, integrantes dos ministérios da Economia e de Minas e Energia e da Casa Civil tiveram reuniões com o parlamentar na terça-feira e ontem. A ideia é fazer com que ele mude seu texto, que, na opinião de técnicos do governo, inviabiliza a privatização.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também deve conversar nesta semana com o deputado. O governo tem dito a Nascimento que mudanças feitas na proposta podem impedir a operação de venda da estatal.

Integrantes do Executivo afirmam nos bastidores que, do jeito que o relatório da MP foi apresentado, não adianta sequer aprovar a proposta.

Nascimento disse ao GLOBO que as conversas com o governo “avançaram bastante”, mas que o texto precisa ter o apoio dos líderes.

— O relatório não é meu, ele precisa ter amparo na maioria dos líderes da base aliada ao governo. O que for bancado pelos líderes, vou colocar no relatório — disse, negando que as mudanças impeçam a operação: — Todos os pontos que representem algum empecilho serão retirados.

Apesar do tom amistoso, o governo diz internamente que o relator não foi “convencido” de que é necessário fazer mudanças no texto. Ainda não há o texto oficial que será votado. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é votar a MP na próxima terça-feira.

O texto precisa ser analisado até o dia 22 de junho na Câmara e no Senado para não perder a validade.

Apoio da maioria

Alguns pontos do relatório chamaram atenção do governo, como uma permissão para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) intervir no mercado e a possibilidade de criar em lei uma dívida de R\$ 80 bilhões para a estatal.

Nascimento disse que vai analisar as sugestões enviadas pelo governo antes de tomar uma decisão, ressaltando que o texto votado precisa ter apoio da maioria.

Um dos idealizadores do modelo da privatização da Eletrobras, durante a gestão Michel Temer, o engenheiro Paulo Pedrosa avalia que, da forma como o relatório da MP foi apresentado, é melhor o governo abrir mão da privatização.

Atual presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), ele afirma que o parecer cria custos para o setor.

— Do jeito que está o relatório, é melhor não aprovar a MP. É melhor enxugar a Eletrobras e fazer dela uma empresa pagadora de dividendos — disse Pedrosa, acrescentando: — A indústria entende que o importante é avançar na modernização do setor elétrico. Em vez de apontar no rumo certo, o relatório está apontando no atraso, que retira competitividade, investimentos e empregos do país.

Pedrosa destaca também que o relatório prevê a contratação de usinas termoelétricas em locais específicos, o que obriga o consumidor a pagar pelo custo de gasodutos — que, para ele, precisam se justificar economicamente, e não por imposição legal.

Segundo o texto, haveria também a necessidade de contratar pequenas usinas hidrelétricas em regiões pré-determinadas, assim como a prorrogação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que obriga os consumidores a comprarem uma energia mais cara.

— O parecer do relator repete o que fez do Brasil o país da energia barata e da conta cara. Cria reserva de mercado e compras compulsórias, contra o que o setor deve ser, livre e com competição — criticou.

Sobre esses pontos, o relator diz que está fazendo o que já estava previsto no planejamento energético do governo e que há demanda de deputados para isso.

Codevasf não vai gerenciar verba bilionária

O deputado, porém, recuou de uma mudança que poderia fortalecer uma estatal feudo do Centrão. Seriam destinados R\$ 3,5 bilhões por uma década para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Parnaíba. E mais R\$ 2,3 bilhões por dez anos para os reservatórios de Furnas (a maior parte em Minas Gerais). No total, seriam R\$ 5,8 bilhões.

O relator propôs inicialmente que esse dinheiro fosse gerido pela diretoria da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Agora, o recurso ficará sob responsabilidade de comitê comandado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

— Para evitar qualquer tipo de ruído, eu estou retroagindo a essa posição e colocando o comitê sob supervisão do MDR — disse Nascimento.

As mudanças nas regras que levaram o governo a prever dificuldades para a venda da empresa desanimaram o mercado financeiro. Ontem, os papéis ordinários da Eletrobras (ELET3, com direito a voto) encerraram com queda de 4,62% e os preferenciais (ELET6, sem direito a voto), de 3,77%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 13/05/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CÂMARA APROVA PROJETO QUE FLEXIBILIZA REGRAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Frente Parlamentar Ambientalista e especialistas repudiam proposta; ligado à ala da agropecuária do Legislativo, relator fala em texto 'equilibrado' e sem afronta ao meio ambiente

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O projeto da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental foi aprovado na madrugada desta quinta-feira, 13, pelo plenário da Câmara dos Deputados. Com maioria na Casa, a bancada ruralista aprovou o texto substitutivo do Projeto de Lei 3.729, de 2004, relatado pelo deputado federal Neri Geller (Progressistas-MT), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/7/1559266557573.jpg>

Organizações socioambientais se articulam para tentar evitar que o Congresso Nacional pautar projetos de lei que alteram sensivelmente as regras de licenciamento ambiental e regularização fundiária Foto: Sidney Oliveira/Ag. Pará

A proposta do texto principal foi aprovada por 300 votos a favor, ante 122 contra. Nesta quinta-feira, 13, devem ser votados os destaques, como são conhecidas as mudanças específicas propostas pelas bancadas partidárias. Depois, o texto ainda precisa passar pelo Senado. Se os senadores fizerem mudanças no texto,

o PL volta a ser debatido na Câmara, mas apenas sobre as eventuais alterações. Se não houver alterações e for aprovado no Senado, seguirá para sanção presidencial.

Entre as principais mudanças, está a dispensa de licença para projetos como obras de saneamento básico, manutenção em estradas e portos, distribuição de energia elétrica com baixa tensão, parte das atividades agropecuárias, entre outros. A nova modalidade também repassa a Estados a prerrogativa de analisar os empreendimentos que precisam de aval para liberação, cria uma espécie de licença autodeclaratória para alguns casos e permite a unificação de etapas do licenciamento.

A aprovação causou indignação entre organizações ambientais, cientistas e especialistas no setor. O texto final foi encaminhado ao plenário sem ter passado por audiência pública. Não houve espaço para acatar nenhuma recomendação da ala ambiental, que alertou sobre vulnerabilidades no texto final. Especialistas no setor e juristas preveem ações judiciais, com desdobramentos no Supremo Tribunal Federal (STF), diante de possíveis inconstitucionalidades e descumprimentos de previsões da legislação ambiental.

Já a Frente Agropecuária defendeu o texto e culpou o modelo atual por obras paradas e excesso de burocracias. Disse ainda, ao longo do dia, que "o excesso de burocracia prejudica o setor produtivo e não garante a proteção ao meio ambiente". Na Câmara, defensores da proposta como o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) também disseram que modelos semelhantes de licenciamento já são adotados em alguns Estados.

Ambientalistas tentaram tirar texto da pauta

Com 216 deputados e oito senadores, a Frente Parlamentar Ambientalista declarou "profunda indignação". "É inadmissível que uma proposta como essa seja aprovada pela Câmara dos Deputados diante de tantos desastres ambientais vividos recentemente no país", afirmou a Frente, em nota.

Os parlamentares ambientalistas afirmam que as tragédias de Mariana e Brumadinho (MG) deveriam ser exemplos da importância de debates aprofundados com a sociedade sobre o aprimoramento da ferramenta. “O meio ambiente e a vida dos povos indígenas e originários encontram-se, mais do que nunca, ameaçados pela política da ‘boiada livre’. Para a Frente, é “mais uma derrota do Brasil não somente em nível nacional, mas também internacional”. Coordenador do grupo, o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) afirmou que se trata do fim do licenciamento ambiental no País e da “pior versão” da proposta ao longo de 17 anos de tramitação.

Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e especialista sênior em políticas públicas da organização Observatório do Clima, afirma que a Câmara votou “a Lei da Não Licença e do Autolicensing”. “Somando-se as isenções de licença com o autolicensing em que foi transformada à licença por adesão e compromisso, sobra pouca coisa para licenciar. Consagra-se o ‘liberou geral’. Não é o licenciamento ambiental que trava os investimentos no País. É a falta de planejamento, a visão simplista de curto prazo, a busca por lucro fácil, a ignorância, a corrupção”, comenta. “O mundo debatendo a retomada econômica lastreada em uma perspectiva orientada para as questões ambientais e climáticas e a Câmara optando pelo retrocesso”, acrescenta Suely.

Desde a semana passada, quando veio à tona o texto final que seria apresentado pelo relator, centenas de organizações ambientais, especialistas no setor, acadêmicos e parlamentares se mobilizaram para tentar demover o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), da ideia de levar uma proposta ao plenário que não chegou a passar por audiência pública. Não houve negociação. Lira, que já havia assumido o compromisso de pautar o assunto apoiado pela Frente Agropecuária, confirmou que levaria a pauta adiante.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/7/1612987106475.jpg>

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Foto: Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados

Neri Geller disse, durante a sessão plenária, que apresentou um relatório “equilibrado” e que não traz “uma única vírgula” que afronte o meio ambiente. Afirmou ainda que as regras hoje criam insegurança jurídica e provocam fuga de investimentos do Brasil. A FPA, da qual ele é vice-presidente, aponta excesso de burocracia no modelo atual e divulgou informações

para declarar que o licenciamento ambiental é responsável pela paralisação de mais de 5 mil obras em todo o País, entre rodovias, hidrovias e ferrovias.

Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), porém, mostrou que o licenciamento ambiental não respondia por mais do que 1% das obras do País. Foram analisadas mais de 30 mil obras públicas financiadas com recursos federais. Menos de 200 projetos tinham paralisações associadas a dificuldades de obter licenciamento.

O próprio ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, chegou a afirmar, em entrevista ao Estadão, que o motivo das paralisações não é o licenciamento em si, mas a péssima qualidade dos estudos apresentados pelas empresas e órgãos do governo.

“É preciso fazer um mea-culpa sobre isso e reconhecer que não vínhamos fazendo a nossa parte tão bem quanto o necessário. Estávamos cobrando do órgão ambiental uma velocidade no licenciamento, mas deixávamos de fazer a nossa parte”, disse Freitas ao Estadão, em fevereiro. “Muitas vezes, o licenciamento trava por causa da baixa qualidade desses estudos. A gente estuda mal e, de repente, oferece um produto ruim para o órgão de meio ambiente analisar.”

Texto prevê dispensa de licença para parte das atividades econômicas

Uma das principais mudanças trazidas pelo PL diz respeito à dispensa expressa de licenças para cultivo de espécies de interesse agrícola, pecuária extensiva e semi-intensiva, além de pecuária intensiva de pequeno porte. Outros 13 tipos de atividades ficam isentas da obrigação de serem

licenciadas. São projetos como obras de transmissão de energia elétrica; sistemas e estações de tratamento de água e de esgoto sanitário; obras de manutenção de infraestrutura em instalações preexistentes, como estradas, além de dragagens (retirada de sedimentos) de rios; usinas de triagem de resíduos sólidos; pátios, estruturas e equipamentos para compostagem de resíduos orgânicos; e usinas de reciclagem de resíduos da construção civil.

Outra mudança criada pelo projeto de lei prevê o enfraquecimento de regras nacionais que hoje vigoram sobre o setor, repassando a governos estaduais e municípios a atribuição de definir qual tipo de empreendimento precisará de licença ambiental, além do tipo de processo do licenciamento que é aplicado em cada caso.

Entenda mais alguns impactos do projeto de lei:

Nacionalização de Licença por Adesão e Compromisso (LAC)

O texto propõe a adoção de licenças autodeclaratórias para todo o País. Esse instrumento da LAC já existe em alguns Estados, mas é aplicado apenas a determinados empreendimentos, e com conhecimento prévio da área ambiental e um termo de referência do que se pretende. A crítica é que, da forma como está estabelecida, a LAC será convertida em um licenciamento automático, com simples declaração pela internet, sendo submetida apenas a uma análise por amostragem.

Acesso irrestrito a terras indígenas e quilombolas em fase de estudo

O texto exclui da avaliação de impacto e da adoção de medidas preventivas as terras indígenas não homologadas e as terras quilombolas impactadas por empreendimentos. Hoje, a Constituição prevê que terras indígenas e quilombolas que estejam em fase de demarcação, ou seja, que ainda aguardam para serem tituladas, devem ser igualmente consideradas, como aquelas que já tiveram esses processos concluídos, com a homologação e titulação pelo governo.

Restrição a condicionantes sociais

O projeto limita profundamente o alcance de medidas de redução de impactos causados por projetos. Medidas como a instalação de escolas públicas e postos de saúde, que muitas vezes são incluídas em ações de mitigação e compensação, ficam mais restritas, limitando-se a temas especificamente ambientais, apesar de uma série de impactos sociais que é gerada por empreendimentos.

Enfraquecimento do ICMBio

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), órgão que hoje tem poder de veto a empreendimentos que venham a impactar as unidades de conservação federal, tem essa atribuição retirada, a partir do projeto de lei. O PL altera regras do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, acabando com o poder de veto do Instituto Chico Mendes, limitando sua atuação a uma posição consultiva. / COLABOROU EDUARDO GAYER

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/05/2021

BOLSONARO SANCIONA LEI QUE GARANTE TRABALHO REMOTO PARA GRÁVIDAS DURANTE PANDEMIA

Texto publicado no Diário Oficial prevê que empregadas gestantes devem permanecer afastadas das atividades presenciais 'sem prejuízo de sua remuneração'

Por Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que dispõe sobre o afastamento de empregadas grávidas de atividades presenciais durante a pandemia do coronavírus. A sanção da Lei 14.151 foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 13.

O texto prevê que empregadas gestantes devem permanecer afastadas das atividades presenciais, "sem prejuízo de sua remuneração", pra evitar que elas fiquem expostas à contaminação pelo coronavírus. A nova lei determina ainda que a empregada afastada ficará à disposição para "exercer

as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância”.

A empregada gestante deverá permanecer afastada de atividades de trabalho presencial, sem redução no salário, durante o período de emergência de saúde pública decretado pelo Ministério da Saúde em função da covid-19, sem data para terminar. O texto não prevê punição ou multa para empresas que descumprirem a norma. Nesse caso, porém, elas podem ser acionadas na Justiça com ações trabalhistas.

"A empregada gestante, além de necessitar de cuidados especiais para a preservação de sua saúde, tem que adotar todas as medidas possíveis para a proteção da vida que carrega. Não pode, em um momento como o ora vivenciado no País, ficar exposta a este terrível vírus, que pode ceifar a sua vida, a de seu filho, bem como arrasar o seu núcleo familiar", afirmou a senadora Nilda Gondim (MDB-PB), relatora do projeto de lei, que foi aprovado no Senado no dia 15 de abril.

Na época, a proposta levantou críticas. O líder do PSDB, Izalci Lucas (DF), citou o risco de micro e pequenas empresas ficarem sem dinheiro para manter as gestantes em trabalho remoto em funções que exigem trabalho presencial, como cozinheiras. Ele chegou a sugerir que as funcionárias tivessem uma licença remunerada pelo INSS se o empregador não conseguisse remanejá-las para outro setor de menor risco. Para evitar o retorno do projeto à Câmara e atrasar a tramitação, a sugestão foi rejeitada. Além disso, o dispositivo aumentaria os gastos do governo federal.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/05/2021*

EXECUTIVOS DE LABORATÓRIOS VEEM RISCO DE DESINVESTIMENTO COM QUEBRA DE PATENTES

Depois da decisão do Supremo, medicamentos de referência, como para o tratamento de hepatites e diabetes, hoje com patentes válidas, podem ganhar a concorrência dos genéricos

Por Emílio Sant'Anna, O Estado de S.Paulo

Desinvestimentos no País e insegurança jurídica são algumas das consequências que a indústria prevê após a decisão anunciada ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF), segundo executivos do setor ouvidos pelo Estadão. O Supremo derrubou as patentes farmacêuticas e de materiais da área de saúde que já foram prorrogadas e estão em vigor há mais de 20 anos no Brasil.

Com a decisão, medicamentos de referência hoje com patentes válidas podem ganhar a concorrência de genéricos a partir da data em que a decisão do STF for publicada no Diário Oficial. Entram nessa categoria remédios, por exemplo, de uso oncológico, para o tratamento de doenças como diabetes, HIV e hepatites virais – responsáveis por boa parte do faturamento das empresas farmacêuticas, principalmente multinacionais.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/9/4/1620875859049.jpg>

Medicamento genérico chega ao mercado 35% mais barato do que o de referência. Foto: Jonne Roriz/Estadão

Na avaliação de um desses executivos, os ministros do Supremo teriam tratado o setor de forma diferente em relação a outras áreas tecnológicas, como o agronegócio e informática. Procurado, o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) não comentou a decisão do STF. Já o setor de genéricos viu a decisão como “histórica” (mais informações nesta página).

Preços

Um medicamento genérico chega ao mercado com preço 35% menor do que o de referência. Com o passar do tempo e a entrada de novos concorrentes, os valores tendem a cair ainda mais. Essa é

uma das vantagens imediatas para o consumidor, dizem especialistas em direito sanitário e saúde pública. Para Eloísa Machado, professora e coordenadora do Supremo em Pauta, da FGV Direito SP, a decisão também reestabelece a normalidade em relação à proteção intelectual no País.

Eloísa diz que a extensão da patente no Brasil estava em desacordo com o que prevê o Acordo Trips (tratado internacional, assinado em 1994, que prevê o regramento dos aspectos de propriedade intelectual). “Não é correto e honesto dizer que vai haver desinvestimentos no País.”

Para Daniel Dourado, médico, advogado sanitário e pesquisador da USP e da Universidade de Paris, a medida é acertada, mas não basta para franquear o acesso futuro dos brasileiros a medicamentos de ponta. “Funciona para os medicamentos químicos, mas não para os imunobiológicos, por exemplo”, afirma.

O recente apoio dos Estados Unidos à quebra de patentes das vacinas contra a covid-19 levantou essa questão em relação aos chamados imunobiológicos, vacinas, medicamentos monoclonais e remédios para doenças autoimunes, por exemplo.

Ainda que as patentes desses medicamentos e vacinas fossem quebradas, poucos países teriam laboratórios aptos a produzi-los, pois são produtos que requerem transferência de tecnologia. “São medicamentos que não chegam a 10% das compras do SUS, mas respondem por cerca de 50% dos gastos” diz Dourado.

Já o advogado Marcus Vinicius Furtado Coêlho, do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual (IBPI), elogiou a solução encontrada pelo STF. “Neste momento de pandemia, a decisão atendeu os argumentos da defesa para proteger o direito à saúde e a viabilização de remédios mais baratos para a população”, afirmou Coêlho. /COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/05/2021

'DECISÃO DO STF PÕE O BRASIL NA TRILHA DA NORMALIDADE LEGAL', DIZ PRESIDENTE DA PRÓGENÉRICOS

Executiva de entidade que representa o setor de genéricos vê quebra de patentes de medicamentos como 'histórica' e fala em 'ganhos contra covid'

Por Wesley Gonsalves, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

Telma Salles, presidente da PróGenéricos



A decisão do STF deve beneficiar o tratamento de pacientes de covid-19 no País, afirma a presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos), Telma Salles. A entidade representa 16 empresas, responsáveis pela produção de cerca de 90% do mercado de genéricos no País. Ela classificou o resultado do julgamento como “histórico”. Abaixo, trechos da entrevista.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/6/3/1620875108536.jpg>

Telma Salles

'Decisão é histórica porque corrige uma distorção da legislação', diz Telma Salles.

Foto: Divulgação

Como a sra. avalia a decisão?

Foi uma decisão histórica. A partir de agora, passamos a ter efetivamente proteção de 20 anos para as patentes, sem extensões artificiais que barram a concorrência e impedem a ampliação do acesso. A decisão também nos coloca em linha com o que se pratica no mundo. O posicionamento do Supremo põe o Brasil na trilha da normalidade legal no que diz respeito à proteção de patentes.

Por que histórica?

A decisão é histórica porque corrige uma distorção da legislação. Como bem lembrou o ministro Dias Toffoli em seu voto, o Brasil tinha uma legislação mais benevolente para patentes que países que são grandes centros de inovação no mundo.

Qual o impacto na produção de genéricos no Brasil?

O fim da extensão de patentes traz previsibilidade para a indústria. Agora, é possível planejar com antecedência o lançamento de um genérico, pois o prazo de proteção das patentes será conhecido e não haverá surpresas. O lançamento de um genérico exige desenvolvimento, testes e investimento. São ciclos de dois a três anos.

Há uma lista de medicamentos que serão os primeiros a serem produzidos?

Certamente, teremos nos próximos meses lançamentos de genéricos de moléculas que estavam travadas pela extensão de patentes. A gama de medicamentos que estará disponível para ser desenvolvida é significativa e inclui anticoagulantes, medicamentos oncológicos, antibióticos, entre outras classes. A decisão do STF também abrirá mercado para os biossimilares, que são medicamentos de alto custo e que agora poderão começar a disputar mercado com os biológicos de referência.

A decisão interfere no tratamento da covid-19?

A covid-19 é uma pandemia que deverá seguir por um longo tempo ainda, mesmo com o avanço da vacinação. Há no rol dos medicamentos impactados alguns que são aplicáveis ao tratamento da doença. Certamente, haverá benefícios para as compras públicas e também para os custos da rede privada, com a ampliação da oferta de medicamentos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/05/2021

GOVERNO PRECISA AMPLIAR OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA O BRASIL CRESCER MAIS

Pior é que o investimento público, numa certa medida, é insubstituível, pois os privados só entram onde a rentabilidade compensar

Por Raul Velloso, O Estado de S.Paulo*

Pandemia à parte, é chocante como os investimentos públicos têm caído nos últimos anos. Se nos ativermos ao conjunto dos Estados e municípios, o IBGE mostrou que seus investimentos desabaram do pico de 1,9% do PIB, em 2010, para a marca de apenas 1% do PIB, quase metade daquele valor, em não mais que nove anos. O pior – algo que poucos sabem – é que, a continuar a tendência atual, em pouco tempo o espaço para investir nos orçamentos das unidades de maior peso nesse conjunto tenderá simplesmente a zerar, como já está acontecendo com algumas.

O pior é que, independentemente de questões relacionadas com qualidade, o investimento público (e aqui estou tratando basicamente de investimento em infraestrutura), numa certa medida, é insubstituível, pois os privados só entram onde a rentabilidade for compensatória, e também porque

acredito que há, no País, um certo viés antiprivado que se manifesta de várias formas, algo que precisa ser combatido, mas o espaço limitado desta coluna não permite que eu me estenda muito. Tanto assim que, para o País como um todo, os investimentos privados em infraestrutura vêm oscilando em torno da média de 1% do PIB há quatro décadas.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/9/1620875078892.jpg>

Investimentos em infraestrutura são essenciais para ajudar no crescimento do PIB. Foto: Dida Sampaio/Estadão



O que levou a isso tudo, então? O que fazer? Ainda com foco nos entes subnacionais, percebi que, na raiz da queda dos investimentos públicos, está a disparada dos déficits da previdência dos servidores e nossa incapacidade de lidar com o assunto de forma mais eficaz.

A previdência dos servidores foi concebida lá atrás como uma espécie de prêmio aos ativos. Em um certo ponto de sua carreira, fariam jus à aposentadoria integral mesmo sem ter havido contribuições adequadas para tanto, fossem suas ou dos empregadores. Em vez de guardar e aplicar o dinheiro com vistas ao futuro, estes podem simplesmente tê-lo torrado com gastos perfeitamente dispensáveis.

Assim, mesmo sem o servidor ativo ou seu eventual sucessor (isto é, o pensionista) de cada momento sair da folha, outra pessoa acabaria entrando em seu lugar para, em algum momento futuro, desempenhar sua velha atividade, e, mesmo descontando mortes, uma hora a despesa acabaria crescendo além da conta, tudo isso agravado pelas recentes tendências demográficas de as pessoas viverem cada vez mais. Conclusão sem erro: uma hora o déficit apareceria e cresceria sistematicamente, como está acontecendo hoje.

Somando os déficits financeiros da previdência dos Estados e municípios, chega-se a R\$ 97 bilhões em 2018. Para enfrentar isso, mesmo apertando os investimentos ao máximo, tiveram de “pendurar” um bocado de dinheiro (ou seja, inscrever em “restos a pagar”) de várias verbas orçamentárias na passagem para o ano seguinte, e muito disso ainda está pendente e em situação obviamente irregular, pois a lei proíbe esse tipo de prática.

Além de aplicar novas e mais duras regras de acesso e fixação de benefícios (como as da EC 103/19), a saída continua a mesma: criar fundos capitalizados, direcionando para eles novas poupanças de ambas as partes. Quando o ente é novo, é mais simples. Sendo mais velho, é preciso mobilizar e valorizar ativos e recebíveis existentes, para tomar o lugar das poupanças que deveriam estar acumuladas nos fundos previdenciários, caso tivessem sido aplicadas no passado.

É fato que, ao lado desses déficits enormes, fundos previdenciários foram criados por vários entes mais precavidos no passado recente para receber poupanças do tipo, o que hoje deve acumular algo ao redor de R\$ 200 bilhões, estando aplicadas basicamente em títulos federais. Diante da queda recente da Selic para patamares mais civilizados, tais recursos poderiam agora ser redirecionados para inversões regionais mais rentáveis e capazes, de certa forma, de tomar o lugar dos investimentos que deveriam ter ocorrido anteriormente, mas que não aconteceram, em face de gestão inadequada no passado.

(Tratarei desse assunto em detalhe no Fórum Nacional do INAE, em junho, que atualmente presido, conforme vídeos em <https://www.youtube.com/FORUMNACIONALINAE>.)

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/05/2021

IMPORTADOR USA TERMINAL ALFANDEGADO PARA OTIMIZAR CAIXA NA PANDEMIA

Por Gabriel Baldocchi



<https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/wp-content/uploads/sites/431/2017/12/container-f%C3%A1bio-Motta-estad%C3%A3o.jpg>

Foto: Fabio Motta/Agência Estado

As incertezas provocadas pela pandemia têm levado as empresas a fazer esforços adicionais para melhorar a gestão da caixa num período de recursos escassos. Um sinal disso é o aumento das cargas nos terminais alfandegados, usados como parte da estratégia de importadores para postergar o pagamento de impostos na nacionalização dos produtos.

Segundo o grupo de logística Localfrio, esse é um dos principais motivos por trás da alta de 17% no número de contêineres armazenados em sua área do Guarujá (SP) no primeiro trimestre. No terminal de Suape (PE), a alta foi de 13% no período.

Entre as principais cargas armazenadas estão alimentos, bebidas, componentes eletrônicos e produtos químicos. Além de escalonar o pagamento de tributos, a estratégia evita multas por demora na liberação de contêineres no porto e também permite administrar melhor os efeitos da variação cambial na hora de nacionalizar as mercadorias.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/05/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

CAPITALIZAÇÃO DA ELETROBRAS PODE IR AO MERCADO ATÉ O FIM DO ANO, AVALIA BNDES

Objetivo do banco é ajudar a viabilizar projeto, disse diretor de privatizações do banco

Por Francisco Góes e Alessandra Saraiva, Valor — Rio

O diretor de privatizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Leonardo Cabral, e o diretor de infraestrutura, concessões e PPPs do banco, Fábio Abrahão, comentaram nesta quinta-feira ações do banco relacionadas aos rumos futuros de Eletrobras e Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

Sobre Eletrobras, Cabral informou que o objetivo do banco é ajudar a viabilizar projeto de capitalização da empresa. A capitalização da empresa foi sugerida pelo governo federal, por meio de medida provisória. "O BNDES não está trabalhando nem avaliando a hipótese de vender ações em conjunto com a oferta [de capitalização]. Nosso foco seria realizar essa capitalização, que é um aumento de capital em Eletrobras para que ela pague sua descotização", afirmou ele. A "descotização" seria a mudança do regime atual de cotas para o regime de produtor independente de energia regido a preços de mercado.

Cabral disse acreditar que a operação de capitalização pode estar pronta para ir ao mercado até fim de 2021. Hoje tudo indica que, com aprovação do Congresso, será possível realizar a transação entre fim de 2021 e começo de 2022, afirmou ele, acrescentando que, em seu entendimento, o BNDES não conta com atraso nessa transação. Cabral avaliou que pode existir uma janela de mercado para essa transação até fevereiro do ano que vem.

De acordo com Cabral, com a capitalização, a fatia da União será diluída na Eletrobras - mas continuará como sócia e a golden share dará alguns poderes ao governo, observou ele. A golden share permitirá que o governo vete determinadas decisões da Eletrobras, mesmo não sendo acionista controlador.

Ele deu as declarações durante entrevista coletiva sobre o desempenho do banco referente ao primeiro trimestre. Além dele, participaram o presidente do banco, Gustavo Montezano, e outros diretores.

O diretor de Infraestrutura falou sobre a possibilidade de o Estado do Rio reliciar o lote 3 da Cedae. De acordo com ele, o BNDES está analisando essa hipótese com governo do Estado do Rio. A ideia é levar ao mercado o lote 3 da Cedae ainda este ano, sendo que o trabalho de análise deve levar ainda 30 dias.

Em 30 de abril, o certame da Cedae ofereceu os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de 35 cidades do Estado do Rio, antes sob a égide da Cedae, que foram divididos em quatro blocos. O lote 3 não recebeu oferta.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/05/2021

CÂMARA CONCLUI APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Texto que flexibiliza exigências para licenciamento e é criticado por ambientalistas segue agora para apreciação do Senado

Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília

A Câmara dos Deputados rejeitou hoje as emendas dos partidos de oposição ao projeto da Lei Geral de Licenciamento Ambiental e, com isso, concluiu a aprovação do texto, iniciada na noite de ontem. A proposta agora segue para análise do Senado. Eventuais alterações voltarão à Câmara para apreciação dos deputados.

O projeto foi criticado pelos partidos de oposição e por ambientalistas, que consideram as regras frouxas, com margem para ampliar o desmatamento no país e poluição dos rios. Já o setor agropecuário, energético e de construção apoiaram a iniciativa, com o argumento de que a burocracia está travando os investimentos no Brasil e encarecendo a produção.

A oposição tentou modificar o parecer do deputado Neri Geller (PP-MT), vice-presidente da bancada ruralista, mas todas as emendas propostas foram rejeitadas com ampla margem hoje pelos partidos da base do governo e os que se declaram independentes. A estratégia agora dos ambientalistas é pressionar o Senado a alterar o texto ou segurá-lo.

Entre as principais críticas ao projeto estão a permissão para que 17 tipos de empreendimentos e atividades sejam dispensados de fazer licenciamento ambiental para operarem, como a pecuária semi-intensiva, a construção de sistemas de água e esgoto e obras de usinas de triagem de resíduos sólidos, além de empreendimentos considerados “de porte insignificante” pela autoridade licenciadora, como os governos estaduais e prefeituras.

Outro ponto criticado por ambientalistas foi o “licenciamento por adesão e compromisso” (LAC), em que o responsável pela obra declara estar cumprindo os pré-requisitos estabelecidos pela autoridade licenciadora, sem necessidade de fiscalização prévia ou avaliação de estudos. Esse modelo poderá ser adotado para duplicação de rodovias ou construção de linhas de transmissão de energia em faixa de domínio (que pertence à União, como ao redor das “BRs”).

Os deputados favoráveis ao projeto defenderam, por outro lado, que a emissão de licenças por prazo maior diminuirá os custos e burocracia das atividades no país e levará a redução nos preços para os consumidores. Destacaram também que as mudanças agilizarão os investimentos em infraestrutura que hoje ficam travados na burocracia estatal.

O relator acatou emendas da oposição para determinar que a duplicação das rodovias pelo licenciamento simplificado estará vetada se o “empreendimento [for] potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente”. A lei de licenciamento também não terá validade para atividades de mineração de “grande porte ou alto risco”.

Para o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, essas restrições são insuficientes porque 95% do desmatamento na Amazônia ocorre as margens de rodovias que adotarão o LAC e porque as barragens que romperam em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, não eram consideradas de alto risco. “As dificuldades não serão resolvidas com mágica. Falta estrutura, falta policiamento. A LAC é usada no mundo inteiro para atividades de baixo impacto e aqui está virando a regra geral”, disse.



[https://s2.glbimg.com/apvCOHF1lbWlAFoVb6S9gyFFxE=/0x837:3840x2532/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/j/u/x4FPVuRJKbAT062whOuQ/84273779-am-20-20amazonas-20-2026-08-2019-20-20br-319-20que-20liga-20porto-20velho-20a-20manaus-20manchas-20causadas-20pela.jpg](https://s2.glbimg.com/apvCOHF1lbWlAFoVb6S9gyFFxE=/0x837:3840x2532/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/j/u/x4FPVuRJKbAT062whOuQ/84273779-am-20-20amazonas-20-2026-08-2019-20-20br-319-20que-20liga-20porto-20velho-20a-20manaus-20manchas-20causadas-20pela.jpg)

Floresta Amazônica — Foto: Gabriel

Monteiro/Agência O Globo

Geller rebateu que o projeto teria mais restrições do que as atuais normas e resoluções dos conselhos de meio ambiente e que a dispensa de licenciamento servirá para poucos empreendimentos, que seriam necessários para diminuir os impactos ambientais, como usinas de reciclagem e estações de tratamento de água, ou para manutenção de estradas. "Não há ideologia, não há uma vírgula que permita qualquer desmatamento", afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/05/2021

BNDES: DESEMPENHO DO 1º TRI É CONTINUIDADE DOS RESULTADOS DE 2020, DIZ MONTEZANO

O banco de fomento reportou lucro líquido de R\$ 9,8 bilhões, alta de 78% ante mesmo trimestre do ano passado

Por Francisco Góes e Alessandra Saraiva, Valor — Rio

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, afirmou, nesta quinta-feira (13) que o desempenho do banco, no primeiro trimestre deste ano, é uma continuidade dos resultados de 2020. Ele fez a observação em apresentação virtual de balanço do banco, referente aos primeiros três meses de 2021. A instituição teve lucro líquido de R\$ 9,8 bilhões, alta de 78% ante mesmo trimestre em 2020, impulsionada pela venda de participações societárias e intermediação financeira.

"Foi um trimestre com resultado sólido, com lucro recorrente de R\$ 2,4 bilhões", acrescentou Montezano.

Cerca de 70% do lucro de R\$ 9,8 bilhões é de "especulação financeira em bolsa de valores", nas palavras do presidente do banco — o que requer alocação de risco, no entendimento dele.

Ao ser questionado sobre razões componentes do lucro do banco no período, Montezano comentou que, em sua análise, o BNDES como uma instituição pública e de fomento, não deve ter lucro originado de capital especulativo.

"É um desperdício de recurso público tomar esse risco", disse Montezano. "Queremos focar em atividades que tragam adicionalidade de valor, completou Montezano. "O banco não tem que buscar lucro especulativo, mas buscar operações que tragam adicionalidade, afirmou ele.

Sobre a venda de participações, o executivo destacou a saída do banco, em participação societária, do capital da Vale, realizada no período. "Continuamos com o reposicionamento da carteira de renda variável especulativa", acrescentou ele.

Montezano afirmou que a instituição está satisfeita com o resultado, que contou com "uma estratégia que amadurece", no entendimento do executivo.

"O BNDES passará a ser cada vez uma instituição multiprodutos e serviços" comentou ele, ressaltando que o lado crédito do banco passará a ser cada vez mais complementado com produtos e serviços. "Não somos um banco de empréstimos, mas uma instituição para apoiar

o cidadão brasileiro" disse ele, acrescentando que o BNDES está "cada vez mais focado nos impactos sociais" de suas ações.



[https://s2.glbimg.com/Qmmj_eqwRAAbJm0WGkU9ngCYONU=/0x0:1170x700/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/Y/W/2817xCtn2BqMslelBRQw/edit-vac-abr-16071919207.jpg](https://s2.glbimg.com/Qmmj_eqwRAAbJm0WGkU9ngCYONU=/0x0:1170x700/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/Y/W/2817xCtn2BqMslelBRQw/edit-vac-abr-16071919207.jpg)

— Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

O resultado do BNDES foi "em linha com os trimestres anteriores", segundo Bianca Nasser, diretora de finanças do banco. A executiva comentou que a devolução antecipada de pagamento de R\$ 38 bilhões ao Tesouro

Nacional foi um dos destaques do balanço do trimestre. A liquidação antecipada reduziu a dívida com o Tesouro para R\$ 153,9 bilhões em 31 de março, informou Bianca.

Bianca Nasser também informou que os pagamentos totais do banco junto ao Tesouro Nacional no primeiro trimestre deste ano, incluindo dividendos, chegaram a R\$ 54 bilhões.

"Estamos anunciando nova suspensão de pagamentos por até seis meses", disse a diretora, acrescentando que os valores totais suspensos podem chegar a R\$ 2,9 bilhões, incluindo empréstimos em Taxa de Longo Prazo (TLP) por 18 meses.

Em sua fala, a executiva mencionou resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que limitou o pagamento de dividendos adicionais pelo BNDES à União. A diretora comentou que, pela determinação, o banco só pode pagar mais 5% de dividendos, à União, sobre o resultado de 2020.

"Embora o banco possa pagar dividendos complementares, em relação ao resultado de 2020 estamos limitados por decisão do CMN" comentou a diretora. "Haveria possibilidade de distribuir mais 5% em dividendos em relação ao resultado de 2020" completou ela.

Este ano, a pandemia afetou os resultados de grandes estatais, o que, na prática, também influenciou dividendos pagos à União

Bianca observou ainda que houve negociação, do BNDES, com Tesouro Nacional, sobre devolução de recursos. Foi apresentado cronograma de devolução antecipada, ao Tribunal de Contas da União (TCU) que está em análise, segundo a diretora. "Continuamos avaliando dados para definir datas e valores de pagamento antecipado ao Tesouro" afirmou a diretora.



[https://s2.glbimg.com/6CYS6btUKd9w_7lvGC1RoUvxBaU=/0x113:1366x628/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/X/M/LS8441Qxemycolea9GAw/bndes02.jpg](https://s2.glbimg.com/6CYS6btUKd9w_7lvGC1RoUvxBaU=/0x113:1366x628/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/X/M/LS8441Qxemycolea9GAw/bndes02.jpg)

Bianca Nasser, diretora de finanças do BNDES — Foto: Reprodução

Participações societárias

Ela comentou, ainda, que o lucro recorrente deduziu vendas com ações de renda variável, e que o resultados das participações societárias de R\$ 11,7 bilhões, no período, foram impulsionados pelas alienações.

Em sua apresentação, a diretora citou alguns destaques do balanço da instituição, no primeiro trimestre. No entendimento da executiva, a carteira de crédito do BNDES apresentou estabilidade, na faixa de R\$ 460 bilhões. Já as liquidações antecipadas de empréstimos se mantiveram em nível histórico de R\$ 5,7 bilhões, informou a diretora.

Ao falar sobre desembolsos de empréstimos no primeiro trimestre, a diretora destacou que as liberações para pequenos e médios empreendedores (MPMEs) totalizaram de R\$ 5,2 bilhões no período. O primeiro trimestre também contou com desembolsos para economia verde e desenvolvimento social, que foram de 52,5% do total de liberações, disse a diretora.

A diretora destacou que a carteira de ações da instituição em 31 de março era de R\$ 68,6 bilhões. Em 10 de maio desse ano, a carteira de ações situava-se em R\$ 70 bilhões, acrescentou ela.

A carteira de ações somada às cotas de fundos de investimento alcança R\$ 71,2 bilhões, acrescentou ela. De acordo com a executiva, houve redução da exposição de risco da carteira de renda variável com a venda de ações

Inadimplência

A diretora de finanças do BNDES disse que houve um "aumento pequeno" de inadimplência no pagamento de empréstimos junto ao banco, no primeiro trimestre deste ano. Mas comentou que, por ser um "aumento pequeno", sinaliza que a operação do BNDES "continua boa".

Nesta quinta, a instituição divulgou que o indicador de inadimplência do banco passou de 0,01% em 31 de dezembro de 2020 para 0,04% em 31 de março de 2021. Mas que, mesmo com essa elevação, fica aquém da inadimplência do Sistema Financeiro Nacional, de 2,19% em 31 de março de 2021, segundo informações citadas pelo BNDES.

"Já estamos no terceiro programa de suspensão temporária de pagamento de empréstimos", acrescentou a diretora.

Sobre o mesmo tema, Montezano informou esperar normalização da inadimplência do banco e completou que cerca de 55% do risco alocado na carteira do BNDES é de agentes financeiros ou com aval da União. "O objetivo é reduzir esse percentual, para assumir mais risco de projetos", afirmou Montezano.

Concessões e PPPs

Já o diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Fábio Abrahão, afirmou que a concessão de serviços da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) foi "um projeto emblemático para o setor de infraestrutura".

Em 30 de abril, o certame ofereceu os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de 35 cidades do Estado do Rio, antes sob responsabilidade da Cedae, que foram divididos em quatro blocos.

"Houve entrada de players em que o principal negócio é a prestação de serviços de infraestrutura", comentou o diretor.

Ele informou, ainda, que a concessão de serviços da Cedae vai gerar mais de 40 mil empregos diretos em obras de longo prazo.

No entendimento do executivo, o avanço das obras na área de concessão da Cedae terá impactos ambientais e na saúde da população.

Ao falar sobre licitações, ele informou ainda que a concessão do Parque Nacional do Iguaçu (PR), modelada pelo BNDES, está prevista para novembro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/05/2021

LUCRO DA BR DISTRIBUIDORA SOBE 110% NO 1º TRIMESTRE

Empresa tem avanço no resultado financeiro e ganho de fatia de mercado, mesmo com piora da pandemia e pressão sobre venda de derivativos

Por Gabriela Ruddy e Rafael Rosas — Do Rio

A BR Distribuidora fechou o primeiro trimestre com crescimento no resultado financeiro e ganho de fatia de mercado, mesmo admitindo que a piora da pandemia no início do ano “voltou a pressionar a demanda de derivativos”.

Entre janeiro e março, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 492 milhões, alta de 110,3% frente aos R\$ 234 milhões de igual período do ano passado. A receita líquida foi de R\$ 26,1 bilhões, crescimento de 23,3% na comparação com os R\$ 21,2 bilhões de igual período de 2020, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado ficou em R\$ 1,18 bilhão, alta de 116,9% ante os R\$ 545 milhões do primeiro trimestre do ano passado.

A participação de mercado média da BR Distribuidora no primeiro trimestre ficou em 28,1%, o que representou avanço de 2,5 pontos percentuais frente aos três primeiros meses do ano passado. No balanço divulgado ontem, a empresa ressaltou que esse crescimento dá continuidade a trajetória de avanço de “market share” que acontece desde o primeiro trimestre do ano passado.

Mas a pandemia voltou a pressionar a demanda de derivativos. Se por um lado o volume de vendas no primeiro trimestre atingiu 9,337 milhões de metros cúbicos, o que representou alta de 1,6% na comparação com os 9,191 milhões de metros cúbicos de igual período do ano passado, por outro houve queda de 9,2% frente ao quarto trimestre de 2020, quando foram vendidos 10,278 milhões de metros cúbicos. A BR ressaltou que essa queda frente ao quarto trimestre aconteceu “principalmente pelos efeitos sazonais em adição aos efeitos da pandemia na redução da mobilidade urbana”.

A BR também identificou oportunidades adicionais de ganhos de eficiência que poderão produzir economia da ordem de R\$ 250 milhões em relação aos níveis de 2020. Segundo a empresa, essa economia deverá se somar aos quase R\$ 200 milhões que virão da redução de despesas com plano de saúde - já capturados em 2021. “Desta forma, vemos potencial de redução de despesas de cerca de R\$ 450 milhões em relação a 2020, já a partir do ano que vem”, disse a companhia no balanço.

Ontem, a empresa informou que chegou a acordo com a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) para renegociação de dívida. O impacto positivo para a BR é estimado em R\$ 353 milhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/05/2021

AGRO BRASILEIRO MOSTRA FORÇA UM ANO APÓS INÍCIO DA PANDEMIA, DIZ KPMG

Setor é um dos que têm evoluído de maneira mais acentuada no país, mostra relatório

Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília

Um ano após o início da pandemia, o agronegócio é um dos setores que têm mostrado evolução mais acentuada no Brasil, segundo um estudo da KPMG. O agro está em “crescimento”, o mais alto dos quatro estágios da classificação adotada no relatório.

Em abril do ano passado, data da primeira edição do levantamento, o padrão era de “retorno ao normal”. Já a cadeia de açúcar e etanol permaneceu estável e ainda enfrenta dificuldades para se recuperar, o que exige maior reserva de capital para resistir, diz a KPMG.

O crescimento do setor agropecuário, afirma a consultoria, é puxado pelo aumento da demanda ocorrido na pandemia, especialmente a externa, que ampliou as exportações brasileiras de alimentos.

As tendências indicadas no estudo mostram que o cenário é de contínuo crescimento na produção e na renda da agropecuária brasileira. O setor vive expectativa de colheita recorde de grãos, preços em alta e taxa de câmbio que favorável aos resultados das exportações, ainda que a alta do dólar em relação ao real pressione os custos – alguns insumos usados na agricultura, como os fertilizantes, são importados. O relatório pontua ainda preocupações com impactos na tributação dos insumos no país.

Segundo a KPMG, a nova realidade do setor agropecuário no país tem sido pautada pelo investimento em maciço em tecnologias que ampliam a competitividade e transformam as formas de produzir e vender os produtos. O relatório aponta a demanda crescente por medidas de segurança e rastreabilidade atrelada ao contexto de preocupações dos consumidores sobre a forma como o alimento é produzido.

“O estudo mostra um otimismo renovado em relação ao agronegócio, com perspectivas de contínuo crescimento do setor e de relevante contribuição para a atividade econômica do país, o desafio do setor continua sendo crescer com rentabilidade e sustentabilidade, diversificar as fontes de capital para financiamento, e criar selos de confiança com a sociedade cada vez mais pautada pelo ESG”, analisa a sócia do setor de agronegócio da KPMG, Giovana Araújo, em nota.

Na avaliação sobre o setor de açúcar e etanol, a KPMG disse que o segmento manteve-se no estágio “transformar para emergir”, o mesmo da primeira edição da pesquisa. Segundo os critérios da pesquisa, empresas nessa etapa vão se recuperar, mas ao longo de um caminho prolongado, exigindo reservas de capital para resistir.

Segundo Giovana Araújo, o cenário é de recuperação relevante na renda da cadeia, com os mercados futuros de açúcar gerando oportunidades de fixação de preços em níveis atrativos. O desafio maior está no etanol.

“A pandemia não só amplificou os sinais de ruptura que vinham se formando no mercado de combustíveis para fins de transportes no mundo inteiro como trouxe mudanças estruturais, desafios e oportunidades para o segmento sucroalcooleiro do Brasil”, acrescenta a sócia da KPMG, em nota.

As principais tendências para o setor de açúcar e etanol mostram um ambiente com preços atrativos, oportunidades para fusões e aquisições entre as empresas e também para novos agentes da cadeia buscarem IPO (oferta pública inicial de ações). O relatório diz ainda que os preços do etanol devem se sustentar em patamares atrativos para os produtores ao longo do ano e que existe a “expectativa de recuperação do faturamento e da geração de caixa operacional das usinas produtoras de açúcar e de etanol, com repercussões positivas esperadas nos níveis de alavancagem”.

A pesquisa “Tendências e a nova realidade – 1 ano de covid-19” da KPMG traz um balanço sobre como as empresas de 40 setores da economia respondem aos desdobramentos desde o início da pandemia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/05/2021

O equipamento é produzido na Área Industrial do Complexo do Pecém pela Aeris Energy para a alemã Nordex e segue para a Europa
Por **BEATRIZ CAVALCANTE**



https://www.opovo.com.br/midias/jpg/2021/05/12/750x500/1_pecem-15751178.jpg

Área industrial do Complexo do Pecém (Foto: Divulgação)

O Complexo do Pecém (Cipp S/A) realizou publicação nas redes sociais nesta quarta-feira, 12, comemorando o recorde de embarque de uma pá eólica de 80,1 metros para a alemã Nordex, a maior da história do Porto, que iniciou suas operações em março de 2002.

O equipamento é produzido na Área Industrial do Complexo do Pecém pela Aeris Energy. O embarque foi realizado no berço 7 do terminal portuário do Pecém, após operação de teste realizada em conjunto pelas prestadoras de serviços operacionais Tecer e Unilink.

“Essa foi uma operação teste, de embarque de um protótipo que será minuciosamente avaliado no continente europeu. Mas essa foi também uma operação que demonstrou mais uma vez a capacidade do nosso time de operações em embarcar um componente de dimensões únicas no histórico operacional do terminal portuário do Pecém”, frisa Waldir Sampaio, diretor de Operações do Porto do Pecém.

A pá eólica tem mais do que o dobro das outras pás (34,57m cada) embarcadas no navio Trinitas, que já está a caminho da Europa, onde a pá de 80,1 metros passará por verificações técnicas, segundo informa a empresa administradora do complexo.

"Com o comprimento inédito da pá, tivemos que assegurar que não haveria danos na peça durante todo o processo de içamento, embarque e transporte. Assim, foi necessária toda uma estrutura de logística integrada para posicionar a pá estrategicamente, evitarmos danos e assim obtermos o sucesso nessa operação, que contou com vários detalhes técnicos que tiveram que ser desenvolvidos de forma singular", complementa o gerente comercial da Tecer, Carlos Alberto Alves.

Fonte: O Povo Online - CE

Data: 13/05/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

LOCALFRIO ENCERRA TRIMESTRE COM ALTA DEMANDA NOS TERMINAIS ALFANDEGADOS DO GUARUJÁ (SP) E SUAPE (PE)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200211-localfrio-guaruja-terminal-alfandegado-1.jpg>

A Localfrio encerrou o primeiro trimestre de 2021 com demanda em alta por armazenamento de cargas importadas em seus terminais alfandegados de Saube (PE) e Guarujá (SP).

No terminal alfandegado do Guarujá (SP), a companhia registrou crescimento de 17% no número de contêineres armazenados. O volume passou de 8.129 unidades, no primeiro trimestre de 2020, para 9.487 no mesmo período deste ano.

Em Suape (PE), a companhia ampliou sua participação no volume total de contêineres descarregados no porto local, saltando de 2.904 no primeiro trimestre do ano passado para 3.269 nos três primeiros meses de 2021, representando alta de 13%.

A maior procura pelo serviço se deve à estratégia de importadores em retardar a nacionalização de cargas para postergar o pagamento de impostos e outras taxas. "Segurar a internalização das mercadorias contribui para ajustar o caixa e reduzir custos tributários, neste momento. E isso amplia a procura por terminais retroportuários alfandegados", diz Piero Grassi Simione, diretor comercial da Localfrio.

Além da otimização do fluxo de caixa das empresas, outros fatores têm impulsionado a busca por espaço nos terminais retroportuários da Localfrio. Os regimes aduaneiros especiais, como o de entreposto, é um dos diferenciais buscados neste momento. Com ele, os importadores conseguem fazer o desembaraço de suas cargas de forma fracionada, o que permite melhor planejamento do fluxo de internalização das mercadorias de acordo com a demanda. Além disso, o regime especial permite manter as mercadorias por até dois anos armazenadas com total suspensão de tributos, com possibilidade de reexportação para outros países.

Outro ponto que tem estimulado a busca de armazenagem nos terminais da Localfrio é o aumento da incidência de demurrage. Este item pode impactar fortemente os custos de importação. A capacidade de armazenagem e a agilidade da Localfrio nas operações têm ajudado a aliviar esta pressão de custos para os clientes.

"O impacto do demurrage varia em função do porte dos clientes, produtos e tipos de contêineres utilizados, podendo variar de US\$ 60 a US\$ 300 por dia. É mais compensador transferir a carga para um armazém alfandegado e liberar os contêineres o mais rápido possível", diz Simione. "Os terminais portuários são pontos de passagem das mercadorias e por isso a estrutura oferecida não atende às necessidades dos importadores em suas demandas por serviços personalizados e prazos mais longos de armazenagem. Já os terminais retroportuários alfandegados possuem mais infraestrutura para armazenagem e oferecem ainda uma gama de serviços adicionais que os terminais portuários não oferecem", completa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/05/2021

FROTA DE NAVIOS A SERVIÇO DA VALE RECEBE PRIMEIRO MINERALEIRO DO MUNDO EQUIPADO COM VELAS ROTATIVAS

Da Redação NAVEGAÇÃO 13 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210513-vale-navio-guaibamax-sea-zhoushan-a-vela.jpg>

Com projeto liderado pela empresa, a instalação da tecnologia melhora eficiência e reduz emissão de carbono

A frota de navios a serviço da Vale contará, nos próximos dias, com o primeiro minereiro de grande porte do mundo equipado com sistema de velas rotativas (rotor sails). O VLOC (Very Large Ore Carrier) é um Guaibamax, de 325 mil toneladas de capacidade. São cinco velas instaladas ao longo da embarcação que permitirão um ganho de eficiência de até 8% e uma consequente redução de até 3,4 mil toneladas de CO2 equivalente por navio por ano. Caso o piloto mostre-se eficiente, estima-se que pelo menos 40% da frota esteja apta a usar a tecnologia, o que impactaria em uma redução de quase 1,5% das emissões anuais do transporte marítimo de minério de ferro da Vale.

As velas rotativas são rotores cilíndricos, com quatro metros de diâmetro e 24 metros de altura - equivalente a um prédio de sete andares. Durante operação, os rotores giram em diferentes

velocidades, dependendo de condições ambientais e operacionais do navio, para criar uma diferença de pressão de forma a mover o navio para a frente, a partir de um fenômeno conhecido como efeito Magnus.

A instalação da tecnologia, fornecida pelo fabricante finlandês Norsepower, é um projeto liderado pela Vale, que contou com a parceria do armador coreano Pan Ocean para instalação em um de seus VLOCs a serviço da Vale. A empresa Shanghai Ship and Design Research Institute (SDARI) foi responsável pelo design e integração da vela com a embarcação. O estaleiro chinês New Times Shipbuilding construiu o navio já adaptado para receber as velas, que foram instaladas em outro estaleiro, o PaxOcean Engineering Zhoushan, também na China. O Guaibamax está recebendo os últimos ajustes e sairá da China nos próximos dias rumo ao Brasil, onde irá receber o primeiro carregamento de minério de ferro em um dos portos da Vale no país. A viagem dura, em média, 40 dias.

"Nossa equipe de engenharia naval tem estudos sobre o uso da tecnologia de propulsão a vento para nosso negócio desde 2016. Com o programa EcoShipping desenvolvemos diversas parcerias de cooperação com o ITV (Instituto Tecnológico Vale), universidades e laboratórios no Brasil e Europa. Para este projeto, o objetivo era avaliar as melhores condições de operação das velas rotativas em nossa frota contratada, e também validar os ganhos dessa tecnologia em termos de redução do consumo de combustível e emissão de CO₂", explica o gerente de engenharia naval da Vale, Rodrigo Bermelho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/05/2021

METADE DOS PROJETOS PRIORIZADOS NO FMM ACABA NÃO SENDO EXECUTADA

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 13 Mai 2021



https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190502-rebocador-apoio-portuario-por-do-sol-artistica-dreamstime_xxl_115057863.jpg

Arquivo/Divulgação

Fundo de Marinha Mercante fechou 2020 com saldo de R\$ 25 bilhões para financiamento a projetos da indústria naval. Projetos com prioridade atualmente somam R\$ 273 milhões.

O Fundo de Marinha Mercante (FMM) chegou ao final de 2020 com R\$ 25 bilhões em recursos disponíveis para financiamento a projetos da indústria naval. Os projetos com prioridade atualmente somam R\$ 273 milhões. A maior parte das demandas está na área de apoio marítimo, porém nem todos esses projetos se tornaram realidade. De acordo com o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), o segmento de apoio marítimo correspondeu a 45% de participação na construção de novas embarcações entre 2010 e 2020. O CDFMM observa que aproximadamente metade dos projetos aprovados nas reuniões acaba não sendo executada.

"Percebemos, ao longo dos anos, que cerca de 50% dos projetos que são priorizados, sejam estaleiros, sejam empresas de navegação que tenham interesse, não se tornam realidade, o que nos preocupa", analisou o diretor do Departamento de Fomento e Desenvolvimento do Ministério da Infraestrutura e conselheiro suplente da pasta no CDFMM, Rafael Furtado, na última segunda-feira (10), durante evento na comissão especial de indústria naval e offshore da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Uma das hipóteses de tantos projetos não irem adiante é que eles tenham sido pensados para demandas do setor que não se materializaram. "Acreditamos ser importante haver atenção no setor, identificar as principais razões da não execução desses projetos", ressaltou o conselheiro.

Entre os recursos do FMM repassados para o apoio marítimo entre 2012 e 2021, a maior parte foi para os estados de Santa Catarina (41%), Pernambuco (38%) e Rio de Janeiro (14%). No evento promovido pela Alerj, Furtado disse que o Rio tem potencial de crescimento e de maior diversificação do portfólio. Concorrer com esses estados, segundo ele, poderia ser alternativa para o estado conseguir ampliar a participação no mercado.

No período de 2016 a 2021, o estado do Rio participou de 23 dos 84 projetos entregues no Brasil, perfazendo um percentual de 27% do total. Furtado citou dois projetos em andamento no estado: um de R\$ 9,2 milhões, relativo a duas docagens, e outro de R\$ 294 milhões para construção de um estaleiro em São João da Barra, no norte fluminense. O primeiro tem conclusão prevista para este ano e o segundo, para 2022.

Furtado destacou que o apoio marítimo segue demanda da indústria de petróleo e gás e que, apesar dos desafios, vem ampliando a frota ao longo dos anos. Em outros segmentos, destaque para a navegação interior, que registrou aumento mais significativo nesse período, principalmente na região Norte. Na cabotagem, as fichas estão depositadas no programa de incentivo ao modal em tramitação no Congresso. “Acreditamos que o BR do Mar tem potencial de aumento da navegação de cabotagem, podendo prover maior serviço de reparo e desmantelamento de embarcações ao longo dos anos”, acrescentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/05/2021

ANP APROVA INCLUSÃO DE 377 BLOCOS NA OFERTA PERMANENTE

Da Redação OFFSHORE 13 Mai 2021

A Diretoria da ANP aprovou nesta quinta-feira (13) a atualização do edital da Oferta Permanente, com a inclusão de 377 blocos exploratórios no processo. Serão excluídos do edital os blocos e áreas arrematados no 2º Ciclo da Oferta Permanente, bem como duas áreas com acumulações marginais (Rio Ibiribas e Miranga Leste) para descomissionamento de suas instalações, em atendimento aos termos e prazos estabelecidos na Resolução ANP nº 817/2020.

Dos 377 blocos, 367 estavam em estudo e obtiveram, recentemente, manifestação quanto à viabilidade ambiental. Outros 10 reingressaram no rol dos que podem ofertados, em função de terem sido eliminadas restrições judiciais e técnicas que motivaram sua retirada anteriormente (POT-T-530, POT-T-574, POT-T-576, POT-T-620, POT-T-662, POT-T-663, REC-T-103, REC-T-83, REC-T-85, REC-T-95). Com a atualização do edital, 1068 blocos exploratórios estarão disponíveis na Oferta Permanente.

A audiência pública da versão atualizada do edital da Oferta Permanente, que será realizada por videoconferência, está marcada para 2 de junho.

A Oferta Permanente consiste na oferta contínua de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais localizados em quaisquer bacias terrestres ou marítimas. A exceção são os blocos localizados no Polígono do Pré-sal, nas áreas estratégicas ou na Plataforma Continental além das 200 milhas náuticas, bem como os autorizados a compor a 17ª e a 18ª Rodadas de Licitações. Dessa forma, as empresas, especialmente as que ainda não atuam no Brasil, têm a oportunidade de estudar essas áreas sem a limitação de tempo que as rodadas tradicionais proporcionam.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/05/2021

CONSELHO ACOMPANHA PROPOSTAS PARA AMPLIAR USO DE RECURSOS DO FMM

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 13 Mai 2021

Mudanças passam pela revisão e ajustes de normas, como a resolução 3.828/2009 do Conselho Monetário Nacional, que trata da aplicação de recursos do Fundo da Marinha Mercante.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180820-P-66-estaleiro-rio-grande-divulgacao-ecovix.jpg>

Arquivo/Divulgação

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) avalia que existem iniciativas em curso para ampliar a utilização dos recursos destinados ao fomento da indústria naval. Na agenda do setor, existem mudanças para melhorar o acesso a projetos ligados ao setor de petróleo e gás e incluir textualmente a possibilidade de crédito para manutenção de embarcações. Existe a expectativa de que haja um aquecimento gradual das demandas por embarcações de apoio marítimo, estimuladas pelas atividades de petróleo nos próximos anos. Além disso, o BR do Mar é visto como um programa que pode aumentar as opções de atendimento dos estaleiros, com mais reparos e docagens.

Uma das propostas acompanhadas pelo CDFMM prevê a revisão da resolução 3.828/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN) para melhorar a contratação de projetos e facilitar o atendimento à demanda associada à construção de embarcações e à montagem de plataformas de petróleo. "Esse ajuste é fundamental e vem sendo discutido nos últimos meses pelo Ministério da Economia", disse o diretor do Departamento de Fomento e Desenvolvimento do Ministério da Infraestrutura e conselheiro suplente da pasta no CDFMM, Rafael Furtado, na última segunda-feira (10), durante evento na comissão especial de indústria naval e offshore da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Os agentes também são favoráveis a alterar a normativa a fim de ampliar a possibilidade de uso dos recursos do FMM para o financiamento de reparos. O conselho acredita que a ampliação da utilização de recursos para financiamento também da manutenção é importante. "Entendemos que existe uma falha na legislação porque ela fala de docagem, fala de reparo, mas deixa de falar da manutenção da embarcação, que é fundamental", explicou Furtado.

O conselheiro disse que existe a ideia de ampliar a relação de tomadores de empréstimos e de áreas que poderiam ser abrangidas por esses financiamentos, como caso da cadeia de suprimentos relacionados à indústria naval. Furtado citou o potencial de financiamento para módulos de plataformas e manutenção. Ele lembrou que a construção de módulos, muitas vezes, ocorre em estaleiros no exterior. "Existe potencial da indústria brasileira de executar essa tarefa, naturalmente refletiria em financiamento com recursos do FMM", projetou.

Outras atividades que podem ser fomentadas por meio da ampliação do financiamento são o descomissionamento de plataformas e desmantelamento de embarcações. Entre as reivindicações, também existem propostas para aumentar o crédito para a indústria da pesca. Apesar do financiamento para a pesca industrial estar previsto em lei, a resolução 3828 não abrange esse tipo de atividade. "Propomos a correção da resolução para que tenha mais aderência com a legislação e permita esse financiamento. Estamos em contato com o Ministério da Agricultura e Pesca, que trata dessa atividade", contou.

A portaria 253/2009 do Ministério da Infraestrutura também deve ser ajustada, com objetivo de dinamizar o processo de atualização dos valores financiados. Segundo Furtado, esse hoje é um processo que traz burocracia. O entendimento é que não faz sentido, por exemplo, que se faça um novo financiamento porque houve atualização dos projetos ao longo do ano. A avaliação é que, com alteração da portaria, essa atualização dos valores poderá ser feita automaticamente, sem precisar de nova aprovação.

Em 2020, os agentes financeiros, com anuência do Ministério da Infraestrutura, ampliaram o prazo de carência para pagamento ou permitiram a concessão de prazo intermediário dentro do contrato e conforme os limites da resolução do CMN, dando maior fôlego para os tomadores de empréstimo.

Foi a solução para o fluxo de caixa de empresas que, muitas vezes, não estão operando devido ao impacto da indústria causado pela Covid-19.

Os desembolsos do FMM, que chegou a ter uma carteira de projetos superior a R\$ 2 bilhões, não chegaram a R\$ 500 milhões em 2020. "Houve redução significativa de desembolso e da contratação de novos projetos, o que nos traz alguma preocupação. Para responder essa queda de demanda, temos algumas iniciativas", avaliou Furtado. Ao todo, 85 projetos de construção e reparo foram entregues no ano passado, com valor da ordem de R\$ 1,8 bilhão. Furtado lembrou que são projetos iniciados anos atrás. "Não temos demanda hoje que corresponda aquilo que ocorreu no passado. Buscamos fazer ajustes na legislação para atender a demanda diferenciada que tínhamos no passado", afirmou.

Para o conselheiro, o BR do Mar vai ampliar a demanda e utilização de embarcações para cabotagem. A avaliação é que o programa trouxe oportunidades para ampliar a utilização dos recursos do FMM. Na pauta também está a permissão para uso de recursos de contas vinculadas (originários do AFRMM — Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante) para a manutenção de navios. "É um incentivo para embarcações que precisam ser mantidas. Ao mesmo tempo, vai usar recursos próprios para essa finalidade. Propomos que a conta vinculada a essas empresas poderia ser utilizada para construção e para manutenção preventiva das embarcações", detalhou.

Furtado espera um incremento na demanda de reparo e não acredita que BR do Mar impacte a construção de embarcações de apoio marítimo no Brasil e de navegação interior porque os estaleiros são competitivos para essa atividade. Ele considera que a construção de navios de cabotagem não afeta a construção no Brasil porque essas construções já não acontecem em grande escala há muitos anos. "Não entendo que o BR do Mar possa trazer um efeito negativo em relação ao cenário que temos hoje", ressaltou.

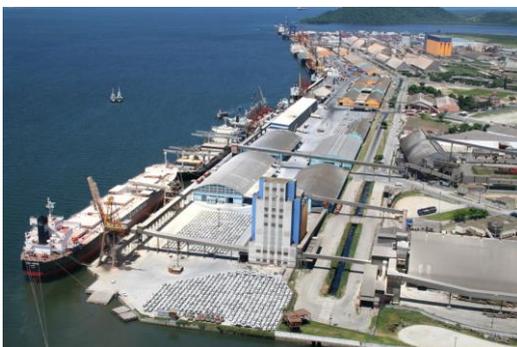
O CDFMM percebe grande oscilação no mercado no passado recente, com crescente demanda relacionada principalmente à construção de embarcações para navegação interior. Atualmente, a maior parte da carteira de projetos do CDFMM é composta pelo apoio marítimo. A carteira desse segmento, porém, caiu nos últimos anos por causa da redução de demandas, principalmente pela Petrobras, que representa mais de 90% das contratações nesse mercado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/05/2021

ATÉ SETEMBRO PORTOS PARANAENSES CONCLUIRÃO PROJETO DE GOVERNANÇA

Por Leticia Helena PORTOS E LOGÍSTICA 13 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/160328-porto-de-paranagua.jpg>

Até o final do terceiro trimestre, a Portos do Paraná conclui todas as entregas do projeto "Governança para Resultados — Orgulho de ser Portos do Paraná". O trabalho, iniciado em 2019, com um investimento de R\$ 2 milhões, pretende dar mais eficácia à governança da empresa pública, que administra os portos de Paranaguá e Antonina.

"Queremos que as nossas ações de gestão tenham a mesma eficiência das nossas operações" afirma o Superintendente de Governança, Carlos Eidam de Assis.

O projeto, feito em parceria com o Instituto Publix, uma consultoria especializada em gestão, foi dividido em três etapas. A primeira tratou do alinhamento das estruturas organizacionais. A segunda, que acaba de ser concluída analisou e propôs soluções para o alinhamento dos processos, incluindo

serviços de logística portuária, gestão estratégica e de resultados, e gestão dos processos organizacionais.

A terceira fase, que já começou e está prevista para terminar em junho, vai avançar em três questões: segurança do trabalho, serviços de infraestrutura/engenharia e aprimoramento de resultados. Paralelamente, está sendo feito o alinhamento das políticas de gestão de pessoas, cujo objetivo é criar trilhas de desenvolvimento para os funcionários.

“É a cereja do bolo”, diz Assis.

Na segunda etapa, nove processos foram considerados críticos, entre eles gestão de riscos, compliance e compras. A questão da logística também exigiu atenção especial.

“Todo esse trabalho vai resultar, por exemplo, em uma gestão mais integrada da operação com a manutenção. Melhorando os sistemas, nossa performance cresce como um todo”, diz o superintendente de governança.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/05/2021

PORTOS DA CODESA MOVIMENTAM MAIS 40,09% EM ABRIL, EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO EM 2020

Por Letícia Helena PORTOS E LOGÍSTICA 13 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161111-Porto-de-Aratu.jpg>

O mês de abril vai ficar na história dos portos organizados da Bahia. Juntos, Aratu-Candeias, Ilhéus e Salvador movimentaram 1.146.575 toneladas, um aumento de 40,09% em relação ao mesmo período do ano passado. É o melhor abril da história da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), puxado pela performance de Aratu-Candeias, 58,59% maior do que em 2020. O acumulado dos quatro primeiros meses do ano aponta um

crescimento de 30,18%.

O porto de Salvador, que completou 108 anos no dia 13 de maio, teve alta de 28,32%, na comparação com o ano passado, com destaque para químicos, trigo, arroz, celulose e metais/siderurgia. O resultado indica o oitavo mês consecutivo de crescimento nos portos administrados pela Codeba. A perspectiva para os próximos meses é positiva: até junho, em Ilhéus, por exemplo, está prevista a movimentação de 240 mil toneladas de soja.

“É uma retomada que comprova o potencial dos portos baianos para elevar o patamar das negociações com a commodity na região Nordeste”, explica o diretor-presidente da CODEBA, Carlos Autran Amaral.

O desempenho dos três portos tem razões diferentes. Em Aratu-Candeias, houve aumento significativo na importação de nafta, fertilizante e concentrado de cobre. A instalação vem batendo seguidos recordes de crescimento, já que, em março, sua operação foi 36,17% maior do que no mesmo período de 2020. No caso específico da Nafta, houve uma maior movimentação por demanda da Braskem. Mas outro fator vem influenciando nesse bom resultado.

“Com o conserto da linha de importação do Terminal I de granéis sólidos, Aratu recuperou a carga de concentrado de cobre, que vinha sendo operada por terminais portuários privados”, explica Amaral. “A reativação da linha permitiu ainda que maior quantidade de fertilizante fosse operada”, explica Amaral.

Na avaliação do diretor-presidente da Codeba, uma decisão administrativa favorece o crescimento: a companhia atualizou seu planejamento, revendo metas e indicadores e, por meio deles, criou um plano de ação. A proposta teve efeito imediato na operação.

"A integração das diretorias, que acompanhou a execução de ações conjuntas, permitiu, por exemplo, retomar espaço perdido para os terminais portuários privados, com investimentos em infraestrutura", diz ele.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/05/2021

CONAPRA AGUARDA INCLUSÃO DE PRÁTICOS NA VACINAÇÃO PRIORITÁRIA CONTRA COVID-19

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 12 Mai 2021

Em abril, a categoria fez uma consulta à Anvisa sobre necessidade de imunização da categoria. Agência deu parecer favorável, mas decisão precisa ser publicada pelo Ministério da Saúde.

O Conselho Nacional de Praticagem (Conapra) espera uma definição do Ministério da Saúde sobre a inclusão dos práticos entre os grupos prioritários da vacinação contra Covid-19. Em abril, a categoria fez uma consulta à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), apontando que a lista de prioridades, numa determinada fase, prevê a vacinação de trabalhadores portuários e empregados de empresas de navegação. A Anvisa deu parecer favorável, mas o ministério até o momento não se manifestou se incluirá a praticagem entre as prioridades.

"Nesse momento, os práticos deveriam estar incluídos. O Ministério da Saúde não incluiu textualmente a categoria de práticos e colaboradores das empresas. Não adianta ter todos vacinados e os práticos não, senão continuar sendo vetor de transmissão porque o convívio é intenso", disse o vice-presidente do Conselho Nacional de Praticagem (Conapra), Otavio Fragoso, à Portos e Navios.

Ele explicou que, enquanto o tripulante e o comandante do navio trabalham segregados nos navios após os testes, o prático pode ir a bordo de três a quatro navios em apenas um dia de trabalho. "Quando entrar a fase de vacinação dos marítimos, temos que estar na lista, senão ficará numa situação muito difícil", avaliou.

O Conapra acredita que o número de contágios entre os práticos tenha sido menor do que em outras atividades, graças aos protocolos de controle. A praticagem chegou a registrar alguns casos de falecimento pela doença e, em casos confirmados ou suspeitas, o participante da estrutura de atendimento era afastado por ao menos 14 dias. "Felizmente, não houve em nenhuma praticagem um acúmulo grande de casos ao mesmo tempo. Se isso acontecesse, poderia ter tido prejuízos à escala", contou Fragoso.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/05/2021

TRANSPORTADORAS USUÁRIAS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO TÊM POUCOS DIAS PARA SE CADASTRAR NO SISTEMA INFORMATIZADO DE ACESSO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/150803-porto-do-rio.jpg>

As cooperativas de transportes rodoviários de cargas (CTC), empresas de transportes rodoviários de cargas (ETC) e transportadores autônomos de cargas (TAC) que desejarem entregar ou retirar cargas do Porto do Rio de Janeiro têm até 31 de maio para o cadastro online no Sistema de Gerenciamento de Acesso Docas (SGAD) pelo site <http://sgad.portosrio.gov.br>. As empresas precisam criar



seus perfis e enviar os documentos necessários até o próximo dia 18, uma vez que a Guarda Portuária tem até 10 dias úteis para efetivar as autorizações.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), autoridade portuária responsável pela administração do porto, alerta que o prazo não será mais prorrogado. Lembra ainda que a medida vale para as empresas usuárias dos terminais arrendados da ICTSI Rio, Multi-Rio Operações Portuárias S/A, Multi-Car Rio Terminal de Veículos S/A, Triunfo Logística Ltda. e Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S/A.

Com o cadastramento digital das empresas usuárias, os novos acessos passaram a ser controlados de forma informatizada, agilizando o processo de permissão, que levava até sete dias para ser emitida, a contar do requerimento presencial, e passou a ser realizada em apenas sete horas. O superintendente substituto da Guarda Portuária, Péricles Mosso, disse que, entre março e abril deste ano, a Guarda fez cerca de 30 mil autorizações no SGAD.

No intuito de instruir os usuários no preenchimento dos dados e no envio das documentações obrigatórias no SGAD, foi disponibilizado um manual neste link: http://www.portosrio.gov.br/downloads/files/manual_de_instrucao_sgad.pdf. A Guarda Portuária também possui um número de WhatsApp exclusivo para atendimento sobre o SGAD – (21) 99836-7210.

O SGAD tem por objetivo gerar maior eficiência para o porto e todos os envolvidos na cadeia logística de comércio exterior, pois o sistema promove ganhos significativos como mais agilidade, segurança e redução de custos. A CDRJ definiu as regras e necessidades e validou o SGAD, desenvolvido e doado pelas empresas arrendatárias dos terminais MultiRio, ICTSI Rio e Triunfo Logística, por meio do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Rio de Janeiro (Sindoperj). O processo também teve a participação ativa da Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística (Logística Brasil) e de representantes do setor de transportes de cargas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/05/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006